

II SEMINÁRIO INTERNO
DO NÚCLEO DE ESTUDOS EM
HISTÓRIA SOCIAL DA POLÍTICA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA.

NEHSP - UFJF

**PROGRAMAÇÃO E
CADERNO DE RESUMOS**

6,7 e 8 de Junho

JUIZ DE FORA – 2018

ufjf.br/nucleodehistoria

PROGRAMAÇÃO

QUARTA FEIRA – 06 de junho de 2018

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

14h REPRESENTAÇÕES DA ESCRITA NA EUROPA DO SÉCULO XIX: ENTRE O FICCIONAL E O HISTÓRICO.
PROF. DR. YURI CERQUEIRA DOS ANJOS (FALE – UFJF)

15h 1) PODER E IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA **p.**

O “Dr. Malagueta” e a construção de sua imagem pública por si e por seus contemporâneos. Myriam Paula Barbosa Pires Gouvêa. 6

A imprensa portenha e a política externa: o Brasil nos periódicos “El Argos de Buenos Aires” e “El nacional” (1821-1826). Juliana Gomes de Oliveira 8

Confortavelmente entorpecido: Os romances de folhetim Rocambole como estudo base na caracterização do início de uma cultura de entretenimento em massa. Gleyzer Omar Almeida Ferreira 9

“Morre um Liberal, mas não morre a liberdade”: Libero Badaró e a Liberdade de Imprensa no Primeiro Reinado. Rafael Silva do Nascimento; Raphael Guilherme Santoro Silva; Rodrigo Campos Varandas. 12

16:30 Coffee Break

17h 2) ESCRAVIDÃO, QUESTÃO FUNDIÁRIA E IDEIAS POLÍTICAS

“Scenas do Escravismo”: o assassinato do fazendeiro Antonio Gabriel Monteiro de Barros (1883 - 1885). Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira 13

A Lei de terras de 1850 e a questão fundiária na vila de Santo Antônio do Paraibuna – MG (1842-1861). Eduardo Barbosa de Moraes Júnior 15

Um raio caindo de um céu sem nuvens: a ideia de liberdade do ventre no império do Brasil e a ingenuidade dos libertos. Thomaz Santos 17

A estreia de Silva Jardim como tribuno republicano na Ilha Porchat: o ponto de inflexão de uma trajetória pessoal e política. Marta Lúcia Lopes Fittipald 19

QUINTA FEIRA – 07 de junho de 2018

14h 3) TRAJETÓRIAS FEMININAS SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

- Mulheres oitocentistas em classes medianas e o mundo do trabalho: interferências entre gênero, raça e classe. Cristiane Ribeiro 21
- Próspero Diniz e o belo sexo: análise sobre as discussões referentes às discussões publicadas n'A *Marmota na Corte* (1849-1852). Laura Junqueira de Mello Reis 24
- Maria Firmina dos Reis: A trajetória de uma mulher de letras negra no Maranhão Imperial. Natália Lopes de Souza 27
- Um estudo das recepções da produção de Madame de Stael na Europa e nas Américas. Louise Salles Schaeffer 31

15:30 4) ESTADO E RELIGIÃO NO IMPÉRIO DO BRASIL

- A Igreja na burocracia imperial: uma breve revisão historiográfica. Jorge William Falcão Junior 32
- O âmbito civil e religioso como uma questão administrativa. Eliene da Silva Nogueira 33
- Igreja, Estado e Maçonaria: matizes ideológicos nos periódicos mineiros durante a questão religiosa (1872-1875). Bruno Henrique Fernandes 37

17h Coffee Break

17:30 5) POLÍTICAS PROVINCIAIS E ELEIÇÕES NAS MINAS GERIAS

- As eleições do período imperial em Minas Gerais (1824-1849). Alex Lombello Amaral 41
- A eleição de 1824 na província de Minas Gerais. Érica da Cruz Rosa 44
- “Os povos” esperam que o governo provincial aja como é de justiça em suas causas. Eduardo da Silva Júnior 45
- A Instalação dos Conselhos Provinciais de Minas Gerais e a fiscalização sobre as Câmaras Municipais (1825 – 1834). Diego Rodolfo de Castro Gomes 47

SEXTA FEIRA – 08 de junho de 2018

14h 6) FAMÍLIAS E ELITES NO MUNDO LUSO-AMERICANO.

- A atuação política da Família Monteiro de Barros na Província de Minas. 50
Gerais. Pedro de Almeida Freitas Soares.
- Entre “ilustres membros”: deliberações e negociações do Conselho de 51
Presidência do Maranhão (1825-1834). Raissa Gabrielle Vieira Cirino
- “Pura ambição de negócio”: Negócios, dívidas e propriedades na praça 53
comercial de São Luís (1821-1831). Luisa Moraes Silva Cutrim

15:30 Coffee Break

16h 7) POLÍTICA DE SAÚDE E CULTURA INTELECTUAL

- Reformar um hábito arraigado: Higienismo e Salubridade na base das 55
discussões sobre a construção dos cemitérios extramuros.
Pâmela Campos Ferreira
- Mezinheiros, sangradores e charlatães no Brasil Oitocentista: uma breve análise 58
historiográfica sobre as “artes de curar” no Império do Brasil.
Kathleen de Oliveira Maia
- La literatura de la colonización. El caso de: Voltaire y Kipling. Jeremy Dioses 61
Campaña
- As “pessoas particulares” e os “privados dos Reis”: os conceitos de particular e 62
privado no Antigo Regime Português. Renato de Ulhoa Canto Reis

17:30 8) EDUCAÇÃO, IMPRENSA E SOCIABILIDADES

- Da “Educação Dos Sentidos” Às Aulas Noturnas: Atuação Educativa e 65
Sociabilidade Maçônica (Brasil, Século XIX)
Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata – PPG HISTÓRIA UFJF
- A História de um Falsário: Imprensa e Poder Político (1866-1902) 66
Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa – PPG HISTÓRIA UFJF

RESUMOS

1) PODER E IMPRENSA NA AMÉRICA LATINA

O “DR. MALAGUETA” E A CONSTRUÇÃO DE SUA IMAGEM PÚBLICA POR SI E POR SEUS CONTEMPORÂNEOS.

Myriam Paula Barbosa Pires Gouvêa¹

Palavras-chave: Luís Augusto May; A Malagueta; Periódicos; A Malagueta Extraordinária.

Pesquisar a personagem Luís Augusto May constitui terreno muito rico se considerarmos, entre outros aspectos, a reverberação de suas opiniões nos impressos oitocentistas. Sua presença na vida política do Império Luso-brasileiro e posteriormente do Império do Brasil instigou redatores que lhe foram contemporâneos a divulgarem suas ideias como forma de debater e, pode-se dizer, de contrastar muitas de suas propostas. Além de ter sido militar e funcionário público, May foi redator e deputado na Corte Imperial. Seu ofício nas letras, ocorreu por meio de seu jornal intitulado de “A Malagueta”, bem como por sua versão urgente, “A Malagueta Extraordinária” e confundia-se inteiramente com seu fazer político. De perfil direto, veemente e combativo, seus jornais (e boa parte de sua vida) estiveram plenamente envolvidos nos mais diversos temas pelos quais passava o cenário político da época. Diante disso, o artigo pretende apresentar e analisar algumas das visões de Luís Augusto May e de seus adversários expostas na imprensa do Primeiro Reinado. Opiniões de seus contemporâneos, do mesmo modo, muito contribuíram para instigar embates que por vezes transbordaram as páginas impressas chegando a sua esfera pessoal. São conhecidos os dois casos em que May foi espancado supostamente a mando de José Bonifácio ou do Imperador d. Pedro I. Tal fato fora publicado em março de 1824 no folheto “Protesto feito à face do Brasil inteiro”. Sua aposentadoria compulsória foi uma conquista depois de um desses casos supracitados. Como fonte, utilizarei trechos que foram pinçados dos jornais e folhetos e, por sua vez, funcionam aqui como testemunhos importantes da época, documentos que muito me auxiliam na tentativa de compreender a controvertida figura de Luís Augusto May. Cabe destacar que estava em jogo não apenas no ganha pão de um profissional, mas todo o desenrolar e a inculcação de ideias

¹ Mestre em História pela UERJ. Doutoranda em História pela UFJF.

enfáticas à condução do futuro do Império luso-brasileiro. Os principais jornais que concorriam com “A Malagueta”, numa espécie de disputa na construção de sua imagem pública rebatendo-lhe em muitos pontos foram: o “Espelho” e o “Diário de Governo”, posteriormente chamado de “Diário Fluminense”. Ambos os jornais são tidos na historiografia enquanto pertencentes ao grupo do Imperador, tendo seus textos escritos por ele mesmo ou por seu oficial de gabinete e secretário, Francisco Gomes da Silva, conhecido como “Chalaça”. Nestes jornais, Luís Augusto May era fortemente atacado em suas opiniões, recebendo epítetos de “Sr. Malagueta”, “Dr. Malagueta” ou “Pimenta”. Além destes, artigos e versos jocosos eram publicados recorrentemente. Em junho de 1823 o “Espelho” publicou artigo contra “A Malagueta” assinado pelo pseudônimo “Quitute”. No dizer do historiador Hélio Vianna, o redator May foi “um dos jornalistas mais combatidos em seu tempo” ou “o jornalista que maior número de polêmicas provocou”. Dois folhetos também serão apresentados por conterem ataques por parte do grupo do Imperador: “Breve análise à Malagueta Extraordinária ou Extravagante” e “Capacidade eleitoral do Malagueta”, assinado pelo pseudônimo “O Brasileiro”. O primeiro, defende o Imperador d. Pedro I no episódio de dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823; e o segundo questiona a naturalidade portuguesa do pai de May visto que, segundo consta, sua origem era inglesa, não pertencendo, portanto, conforme afirma o documento, ao Império luso-brasileiro à época da independência. Como se pode notar, como foi dito acima, a personagem Luís Augusto May enquanto objeto de pesquisa constitui ser de alta relevância para se adentrar e se compreender muito da formação das relações sócio-políticas e culturais do Brasil oitocentista.

**A IMPRENSA PORTENHA E A POLÍTICA EXTERNA: O BRASIL NOS
PERIÓDICOS “EL ARGOS DE BUENOS AIRES” E “EL NACIONAL”
(1821-1826).**

*Juliana Gomes de Oliveira*²

Palavras Chaves: Imprensa, XIX, El Nacional, El Argos De Buenos Aires, Brasil.

As independências americanas são consideradas como uma das maiores referências para se conceber e compreender o marco que introduz a consciência de um pensamento moderno marcado por uma nova ordem e vocabulário sociopolítico. Porém, a multiplicidade de projetos faz emanar diferentes discussões acerca da melhor forma de governo presente nas conjunturas políticas. Apesar dessa pluralidade, é necessário debruçar-se na questão de uma peça fundamental desses processos: a Imprensa, que age como o próprio agente histórico nesses momentos de construção da Nação. O presente trabalho oferece uma análise dos periódicos “El Argos de Buenos Aires” e “El Nacional”, publicados entre o período de 1821 e 1826, destacando suas referências ao mundo luso-americano. De forma geral, a modernidade gerou a noção de que a fonte de legitimidade deixa de ser transcendental, ou seja, o Antigo Regime entra em atrito com as novas ideias iluministas modernas. Desse modo, tomamos como contexto a disputa entre diversos projetos políticos que buscavam construir Estados nacionais americanos em meio à crise do Antigo Regime. Buscamos, nestes periódicos, norteados pela perspectiva historiográfica da chamada História das Ideias com enfoque collingwoodiano, tendo como principais expoentes Skinner e Pocock, analisar, a partir dos atos de enunciações dos periódicos, a percepção que parte da elite portenha tinha sobre a conjuntura política brasileira pós Independência.

² Mestranda em História pela UFJF.

CONFORTAVELMENTE ENTORPECIDO: OS ROMANCES DE FOLHETIM ROCAMBOLE COMO ESTUDO BASE NA CARACTERIZAÇÃO DO INÍCIO DE UMA CULTURA DE ENTRETENIMENTO EM MASSA

Gleyzer Omar Almeida Ferreira³

O objetivo do nosso trabalho é analisar e compreender os romances de folhetim e o contexto histórico em que ele está inserido. De forma mais específica, iremos analisar os romances de folhetim Rocambole, de Ponson du Terrail, um francês que teve seus romances publicados por diversos jornais entre os anos 1858 a 1871.

“Os dramas de Paris”, que tem Rocambole como protagonista, foi sua série de romances de maior sucesso e obteve características de consumo massificado. Pretendemos estudar o contexto com que essa obra foi publicada e tentar identificar o efetivo início de uma cultura de se entreter de forma realmente massificada.

Diversos elementos provocaram o grande consumo dos romances de folhetim, principalmente Rocambole. Esses romances eram escritos com linguagem bem simples, pois eram consumidos tanto por trabalhadores rurais e urbanos quanto por pequenos e grandes burgueses. A forma com que o autor narrava a trama, sempre moldando os sentimentos do leitor conforme as cenas e os personagens era outro atrativo, pois proporcionava uma leitura para recreação, um leitor desatento conseguiria compreender de forma fácil o desenvolver da história. Uma das grandes características do romance de folhetim era sua produção para gerar lucro. No século XIX, o ato de escrever como profissão já vinha se consolidando, principalmente após a criação dos Direitos Autorais na Inglaterra em 1709 que se espalhou por diversos outros países. Com a lei em prática, o escritor tinha mais garantias de que iria receber a devida remuneração por cada obra escrita.

Ponson du Terrail era um dos escritores que escreviam como profissão para um ou mais jornais. Desta forma, é compreensível o ato do escritor em modelar os sentimentos do leitor, pois ele precisava fazer com que o consumidor comprasse o jornal no dia seguinte, assegurando a vendagem e, conseqüentemente, o diretor do jornal manteria o romance por um período maior, ou enquanto o público estivesse interessado pela trama e consumindo o produto.

³ Especialista em Filosofia Contemporânea pela PUC Minas, Mestrando em História pela UFJF.

Com relação ao contexto em que foram produzidos e impressos os romances de folhetim, há uma diferença fundamental entre Terrail e seus grandes antecessores Sue e Dumas, que foi a utilização da prensa mecânica a vapor, esta proporcionava a impressão em grande escala dos folhetins. Terrail teve seus primeiros escritos já publicados na prensa a vapor, enquanto que Sue e Dumas tiveram apenas seus últimos escritos publicados nessa nova prensa, eles sempre foram publicados na prensa de madeira, o que limitava muito no número de cópias e não permitia que o preço fosse tão baixo quanto na época de Terrail. Desse modo, podemos perceber como os escritos de Ponson du Terrail foram mais acessíveis e difundidos que os de Sue e Dumas, dando ainda mais características massificadas a seus romances.

Neste projeto, nossa hipótese de fundo será tentar tomar a saga Rocamboles como o romance “fundador” para pensarmos efetivamente o início de uma cultura de entretenimento em massa, tendo como base todas as características que proporcionaram isso à Ponson du Terrail, como a industrialização e a urbanização do território francês, a utilização da prensa mecânica a vapor, a diminuição do preço dos jornais e o surgimento de novas classes consumidoras.

Para compreendermos esses aspectos, faremos um estudo com relação à história do livro e da leitura e como o ato de ler foi se tornando uma forma de entretenimento e de comércio⁴. Faremos um estudo para compreendermos o contexto político e econômico do século XIX, principalmente o francês. Com relação ao ato do autor de romances de folhetim modelar os sentimentos dos leitores, utilizaremos algumas obras de Umberto Eco⁵, que abordam essa problemática da cultura de entretenimento e o entretenimento em massa. Para compreendermos a forma narrativa de Ponson du Terrail, a principal autora que utilizaremos é Marlyse Meyer e sua obra *Folhetim: Uma História*⁶, que traz uma boa análise dos romances de Terrail, principalmente de Rocamboles.

⁴ CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: Do Leitor ao Navegador*. São Paulo: UNESP, 1988.

_____. *A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII*. 2ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CHARTIER, Roger (org). *História da Vida Privada, 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo (orgs.). *História da Leitura no Mundo Ocidental, vol. 2*. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. 2ª ed. Algés: DIFEL, 2002.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

MOLLIER, Jean-Yves. *A Leitura e seu Público no Mundo Contemporâneo: Ensaio sobre História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

⁵ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *Sobre os Espelhos e Outros Ensaio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *O Super-Homem de Massa*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

⁶ MEYER, Marlyse. *Folhetim: Uma História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Os principais autores que dialogaremos neste projeto serão Eco, e sua análise sobre cultura de entretenimento e entretenimento em massa. A outra autora seria Marlyse Meyer e sua análise sobre os folhetins franceses do século XIX, principalmente a análise que ela faz sobre o Rocamboles. Entretanto, o objetivo de nossos estudos se diferencia dos deles nos seguintes aspectos: Meyer se concentra em relatar as características e os limites técnicos dos romances de folhetim, incluindo as obras de Terrail e as particularidades da época em que escreveu. Eco, por sua vez, não faz uma contextualização do período das obras em que analisa e não tem como foco de sua pesquisa analisar as obras de Terrail, ele se limita a estudar as características de uma cultura de entretenimento e entretenimento em massa presente nos romances, principalmente os de Sue e Dumas, e quais elementos os caracterizam como produtos massificados. Pretendemos utilizar os estudos desses dois autores, mas pensando a problemática do efetivo início de uma cultura de se entreter de forma realmente massificada através dos romances Rocamboles, algo que Eco e Meyer não fizeram em suas obras. Através de todo o contexto em que o romance Rocamboles está inserido, podemos pensa-lo como o fundador dessa forma de se entreter de forma realmente massificada.

Por fim, nossa pesquisa será realizada através de bibliografia especializada. Utilizaremos os romances Rocamboles presentes em livros e em português, usaremos apenas um dos volumes do romance em folhetins num jornal paulista de 1924.

“MORRE UM LIBERAL, MAS NÃO MORRE A LIBERDADE”: LIBERO BADARÓ E A LIBERDADE DE IMPRENSA NO PRIMEIRO REINADO

*Rafael Silva do Nascimento
Raphael Guilherme Santoro Silva
Rodrigo Campos Varandas⁷*

Palavras-chave: liberdade de Imprensa; assassinato; Primeiro Reinado.

A comunicação, resultado do projeto de iniciação científica orientado pela Prof^a. Dr^a. Silvana Mota Barbosa tem como objetivo a investigação de um episódio visto como determinante na crise do primeiro reinado. Em um cenário de tentativa de consolidação da Independência, onde o governo se defronta com a atuação de opositores, a possível relação, levantada pela opinião pública, do envolvimento do Imperador Dom Pedro I com o assassinato do médico italiano de oposição, bastante ativo no período, Giovanni Battista Libero Badaró, é entendida como ponto agravante no desgaste da imagem do Imperador.

Liberal assíduo em suas publicações n' *O Observador Constitucional*, que circulou em São Paulo entre os anos 1829-1832, no qual era editor, escreveu constantemente em defesa da liberdade de imprensa e tecendo críticas severas ao governo de D. Pedro I que passava por uma constante crise desde o início de seu reinado. Libero Badaró foi assassinado 20 de novembro de 1830 em episódio que viria a levantar diversas hipóteses sobre o que teria motivado o mesmo. Sua morte resultou em manifestações de luto em várias partes do Império e teria um papel fundamental nas pressões ao governo que resultaram no conhecido 7 de abril de 1831, quando a abdicação de D. Pedro I pôs fim ao Primeiro Reinado.

A pesquisa se propõe a recuperar, a partir do evento trágico do escritor italiano, a noção de liberdade em um contexto marcado por acalorados debates políticos na primeira metade do século XIX. O evento, traumático, remete ao problema de liberdade de imprensa e da própria noção de liberdade no recém fundado Estado Imperial.

⁷Graduandos do Curso de História da UFJF.

2) ESCRAVIDÃO, QUESTÃO FUNDIÁRIA E IDEIA POLÍTICAS

“SCENAS DO ESCRAVISMO”: O ASSASSINATO DO FAZENDEIRO ANTONIO GABRIEL MONTEIRO DE BARROS (1883 - 1885)

Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira⁸

Na presente comunicação de pesquisa almejamos realizar um estudo sobre os crimes contra proprietários de escravizados e seus funcionários de confiança (feitores e administradores), buscando pensar como a luta antiescravista reverberou nas decisões dos jurados e nas posturas de curadores, promotores e juízes ao longo dos julgamentos, para isso tomamos por base o crime cometido contra vida do fazendeiro matense Antonio Gabriel Monteiro de Barros ocorrido no final do ano de 1883.

O assassinato foi cometido no de 12 de setembro na fazenda denominada Salvaterra. Pelas 6 horas da manhã Antonio Gabriel Monteiro de Barros, segundo era do seu costume, lavava-se em uma bica que deitava água para os engenhos, perto da sede da fazenda (casa de vivenda), quando o seu escravizado Marcello, que havia se escondido no cafezal, disparou contra ele um tiro de espingarda o qual ofendendo o pulmão direito, fígado e baço produziu a morte momentos depois, como consta no auto de corpo de delito anexo a documentação do processo crime.

Segundo a denúncia do promotor publico concorreram diretamente para cometer o crime o liberto Manoel Bento da Silva, emprestando a espingarda e os escravizados: Severiano (que teria comprado a pólvora e chumbo com que foi a arma carregada) e Baldoino (que foi receber a mencionada espingarda das mãos de Manoel Bento) ocultando-a por diversos dias no interior da fazenda Salvaterra e carregando-a com carga necessária para o disparo que feriu de morte Antonio Gabriel Monteiro de Barros. A denúncia apresentada pela promotoria ainda nos informa que todos os escravizados da fazenda tinha conhecimento das intenções criminosas de Marcello.

O caso de homicídio contra a vida do fazendeiro juiz-forano repercutiu na imprensa oitocentista e alarmou os ânimos das elites da Zona da Mata Imperial,

⁸ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

repercutindo inclusive nos trabalhos das Câmaras Imperiais ao longo dos anos de 1883, 1884 e 1885. Sendo julgados os réus acusados do crime em dezembro de 1883 foram todos absolvidos por unanimidade pelo corpo de jurados presidido pelo Barão de Santa Helena, o juiz da comarca do Parahybuna apelou da decisão do júri e os réus foram novamente julgados em 1884, momento no qual os réus foram outra vez absolvidos pelo corpo de jurados, não aceitando a decisão dos jurados de absolverem réus confessos, a apelação dessa vez coube ao promotor público, o ultimo julgamento aconteceu em dezembro de 1885, mais de dois anos depois do assassinato do fazendeiro Antonio Gabriel, e mais uma vez todos os réus foram absolvidos.

Essa comunicação tem por objetivo reconhecer a Justiça como um espaço importante da luta antiescravista nas décadas finais do século XIX. Buscamos pensar como abolicionistas e escravistas se articularam no espaço de justiça para poder defender seus interesses, seja com a intenção de buscar deslegitimar a propriedade escrava, ou de garantir a punição exemplar dos réus envolvidos no assassinato do fazendeiro Antonio Gabriel Monteiro de Barros. Através do estudo desse processo crime tentaremos demonstrar como o estado Imperial estava julgando crimes dessa natureza na década de 1880, contexto no qual o movimento abolicionista estava disseminado por todo Império brasileiro, e quais eram as expectativas dos proprietários de escravizados diante da justiça Imperial naquele contexto.

A LEI DE TERRAS DE 1850 E A QUESTÃO FUNDIÁRIA NA VILA DE SANTO ANTÔNIO DO PARAIBUNA – MG (1842-1861)

Eduardo Barbosa de Moraes Júnior⁹

Palavras-chave: Lei de Terras 1850; Conselho de Estado; RPT.

A proposta de apresentação para o II Seminário Interno do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP), visa traçar um panorama do projeto iniciado no ano corrente de 2018 com o tema: “A Lei de terras de 1850 e a questão fundiária na vila de Santo Antônio do Paraibuna – MG (1842-1861)”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, orientado pela Prof.^a Dr. Maria Fernanda Vieira Martins.

Partindo das discussões historiográficas sobre a Lei de Terras de 1850, legislação fundiária pioneira no Brasil dos oitocentos, a apresentação se iniciará com os resultados do recém-iniciado processo de investigação das fontes sobre a gestação da lei nº 601/1850, através das atas do Conselho de Estado (1842-1850). Uma das principais atribuições dadas ao Conselho de Estado foi discutir duas principais reformas: a questão da mão-de-obra e o regimento de terras. As discussões que ali ocorreram culminariam com o nascimento da Lei de Terras de 1850. Procura-se através da análise das atas do Conselho de Estado neste interregno, notar quais foram as mudanças e permanências no projeto de lei, comparando as tensões políticas e as propostas que o foram moldando até a sua formulação. Para tanto, serão mapeados os principais atores envolvidos neste processo, especialmente os Conselheiros de Estado.

Após compreender as disputas políticas e os diferentes intentos que envolveram a formulação da lei, o estudo partirá para o âmbito microrregional, tendo como recorte espacial o território que compunha a Vila de Santo Antônio do Paraibuna. Apoiado pela historiografia que versa sobre a região neste período, o trabalho irá analisar a dinâmica da sua ocupação territorial e características fundiárias até a aplicação da lei. A fonte principal para analisar a repercussão da lei entre os atores locais são os Registros Paroquiais de Terras da Vila de Santo Antônio do Paraibuna, produzidos especialmente entre os anos de 1855 e 1856. Esta segunda parte de análise das fontes se iniciará após

⁹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em História na Universidade Federal de Juiz de Fora.

a análise das atas do Conselho de Estado (1842-1850). Os Registros Paroquiais de Terras, os RPT, como são comumente tratados pela historiografia, encontram-se disponíveis para o acesso no Arquivo Público Mineiro. Através desta pesquisa, pretende-se compreender a repercussão social da lei nº 601 de 1850, seus mecanismos de aplicação e fiscalização, compreendendo como os atores locais reagiram a essa novidade jurídica. Somente em 1861 foi feito um relatório pelo governo imperial sobre a situação fundiária brasileira, pela recém-criada Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Este relatório servirá como método de comparação entre os intentos da Lei de Terras de 1850 e seus primeiros resultados oficiais.

Desta forma, a proposta de apresentação procura traçar um panorama do referido projeto, apresentando seus resultados iniciais, especialmente no que se refere a gestação da lei e os caminhos que ela foi tomando ao longo das discussões no Conselho de Estado, além de levantar discussões historiográficas sobre o tema, atentando sobre a necessidade de observar as particularidades jurídicas e a dimensão social que a legislação pode alcançar neste processo histórico, que coincide com a proibição do tráfico atlântico de negros pelos ingleses e a iminente chegada de imigrantes europeus ao Brasil.

UM RAIOS CAINDO DE UM CÉU SEM NUVENS: A IDEIA DE LIBERDADE DO VENTRE NO IMPÉRIO DO BRASIL E A INGENUIDADE DOS LIBERTOS

*Thomaz Santos*¹⁰

Palavras chave: Liberdade do Ventre; Emancipação; Ingenuidade; Brasil Imperial

Sabe-se que a aprovação da Lei do Ventre Livre, no ano de 1871, também conhecida como Lei Rio Branco, se tornou um dos mais importantes acontecimentos políticos do Segundo Reinado. Ela trouxe à tona, desde antes de sua aprovação, a discussão, nas diversas esferas sociais, de temas caros, como, por exemplo, liberalismo, escravidão, moral e direito à propriedade privada. A lei aprovada, trazia em seu texto a liberdade do ventre como medida mais efetiva para a emancipação gradual dos escravos. Este trabalho objetiva compreender a trajetória da ideia da liberdade do ventre e como a mesma foi pautada e discutida entre juristas e advogados do Império do Brasil, antes mesmo de ser proposta, por Pimenta Bueno, como medida para emancipação em 1867. Tal tema se torna muito polêmico, logo que, como se vê em falas de políticos no Império, havia um imaginário de que a o fim da escravidão se daria de forma natural, já que o percentual de morte de escravizados era maior que o de nascimentos, esse processo, então, findaria quando não existissem mais escravizados no Império.¹¹ No entanto, a proposta de emancipação do ventre das escravas, produzida a pedido do então Imperador D. Pedro II, fugia dessa ideia, logo que os filhos dessas cativas estariam livres sob algumas condições. A questão central então, era como esses recém-libertos seriam inseridos na sociedade. Enquanto mão de obra? Teriam ou não direitos? Seriam cidadãos? Para ilustrar tal discussão cito uma fala de Cristiano Ottoni, num discurso no Clube da Lavoura e do Comércio, que se encontra no livro “O abolicionismo” de Joaquim Nabuco:

E que cidadãos são esses? Como vêm eles depois para a sociedade, tendo sido cativos de fato, não sabendo ler nem escrever, não tendo a mínima noção dos direitos e deveres do cidadão, inçados de todos os vícios da senzala? (Apoiados.) Vícios da inteligência e vícios do coração? (Apoiados.)¹²

Essa fala não era uma voz única dentro dessa discussão, portanto o que nos interessa é entender esse debate tão importante, e que pode passar despercebido. Para

¹⁰ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da Prof. Drª Maria Fernanda Vieira Martins. E-mail: thomazsantos2@gmail.com.

¹¹Cf: ARAUJO, J. T. N. de; BUENO, J. A. P; et al. **Trabalho sobre a extinção da escravatura do Brasil**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868, 152p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185616>>. Acessado em: 28/01/2017.

¹² NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2003. P. 85 e 86

isso, mobilizaremos algumas discussões que ocorreram tanto nas Instituições Políticas do Império, quanto na imprensa, assim como em outras instituições como O IAB (Instituto de Advogados Brasileiros), pensando em como essas discussões em diferentes temporalidades influenciaram o tema da liberdade do Ventre e conseqüentemente a Lei Rio Branco, além de entender qual o papel do Estado Imperial nessas proposições.

A ESTREIA DE SILVA JARDIM COMO TRIBUNO REPUBLICANO NA ILHA PORCHAT: O PONTO DE INFLEXÃO DE UMA TRAJETÓRIA PESSOAL E POLÍTICA

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi¹³

Palavras-chave: antecedentes; campanha republicana; Silva Jardim.

A atuação de Antônio da Silva Jardim como um dos mais combativos tribunos republicanos foi curta, porém incisiva. Sua campanha por várias províncias, durante os anos de 1888 e 1889, conclamava a ação popular revolucionária. Apesar de seu grande esforço pessoal pela causa republicana, foi alijado do poder constituído em 1889, excluído inclusive dos planos de deflagração do quinze de novembro. A razão, na explicação de contemporâneos, reproduzida em várias obras a respeito, seria o seu radicalismo, manifestado ainda nos primeiros tempos de propaganda. Surgem, no entanto, outras perspectivas quando a trajetória de Jardim é considerada desde o início, prezando-se não somente suas escolhas políticas depois do engajamento no movimento republicano. A sua exclusão do Governo Provisório talvez derivasse também dos embaraços colecionados, desde a época do bacharelado, em sua vida pessoal e acadêmica. Para conhecermos melhor o polêmico personagem que prematuramente desapareceu nas lavas do Vulcão Vesúvio é necessário um recuo à sua infância e juventude. A circunstância da sua morte serviu a metáforas que nos jornais da época homenagearam a “incandescência” de suas ideias e atos. Se houve uma unanimidade acerca de Jardim foi sua determinação e coragem para o enfrentamento político.

O trabalho integra a tese de doutorado em curso, cujo tema é a atuação de Jardim na Mata mineira. Quem foi o conferencista que correu por tantas vezes risco de morte na propagação das ideias republicanas? Esta comunicação tem por objetivo apresentar o jovem que em 1878, aos 18 anos incompletos, parte do Rio de Janeiro para cursar Direito em São Paulo. Imprescindível conhecer os primeiros embates no campo acadêmico; sua atuação como crítico literário e professor; sua adesão apaixonada ao positivismo; suas relações com grandes nomes do Partido Liberal paulista, inicialmente por meio de sua atuação como homens de letras na imprensa paulista e depois pelas vias do matrimônio e, finalmente, a adesão ao Partido Republicano, por ele próprio

¹³ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

anunciada em noite festiva na Ilha Porchat, em Santos. Ao contrário de discursos anteriores, aquele fora muito bem recebido e parece ter significado uma inflexão na trajetória do nosso personagem.

3) TRAJETÓRIAS FEMININAS SOB A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

MULHERES OITOCENTISTAS EM CLASSES MEDIANAS E O MUNDO DO TRABALHO: INTERFERÊNCIAS ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Cristiane Ribeiro¹⁴

As desigualdades entre homens e mulheres perpassam por processos históricos, sendo constituídas por hierarquias e por distintas condições sociais, que se convergem entre gênero, raça e classe. Corroboramos com Flávia Birolli, que nos elenca a impossibilidade de explicar por que a vulnerabilidade é maior entre mulheres do que homens, sem que se leve em conta as relações de gênero, assim como não se pode compreender as posições assimétricas e hierárquicas que se definem entre as próprias mulheres, sem levar em consideração raça e classe como fatores fundamentais.¹⁵

A divisão sexual do trabalho contemporânea carrega resquícios dos séculos passados, no qual a dicotomia entre público e o privado¹⁶ aparecia e, ainda aparece, enquanto antagônica e definidora de posição social e aquisição de direitos, conectando exclusões significativas no meio político. O século escolhido para delimitação desta comunicação, o XIX, perpassou por grandes transformações econômicas, políticas e sociais e, nesse meio, merece destaque a posição em que as mulheres se encontravam, mais especificamente aquelas que se inseriam em famílias de posição social mediana. Utilizamos desse termo, "mediana", para caracterizar sujeitos, com destaque para as mulheres, que estavam imersos no meio social da segunda metade do império que não se inseriam nas concepções de classe até então conceituadas a época: ricos (grandes proprietários) e pobres, sendo este último massivamente composto por escravizados.

A caracterização dessas mulheres enquanto pertencente a uma classe mediana está intrinsecamente relacionada às experiências comuns por ela compartilhadas, conjuntamente com interesses específicos. No nosso caso, mulheres que vinham atuando no mundo do trabalho em alguns serviços na busca de reconhecimento social e direitos

¹⁴ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Linha de Pesquisa: "Narrativas, Imagens e Sociabilidades", sob orientação da professora doutora Silvana Mota Barbosa. E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com.

¹⁵ BIROLLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

¹⁶ Ver mais em: BIROLLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLLI, Flávia (orgs) *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

naquela sociedade patriarcal. A classe por nós aqui pensada é resultado de experiências e, contribui para a construção de um conhecimento histórico sob a perspectiva do gênero.

Ao nos propormos a desenvolver uma pesquisa sob a perspectiva do gênero, deve-se ser destacada a posição desvantajosa frente ao grupo heterogêneo que as mulheres representam, sendo separadas para além do gênero, com marcas de classe e raça, como já elencadas ao início. No período do império, pelo fato de ter existido a escravidão, e por esta ter sido um grande sistema econômico e legalizado, incidindo diretamente na diferença e no conjunto da classe de mulheres, qualquer análise deve perpassar por essa diferenciação, preocupando-se em não homogeneizar mulheres enquanto algo unívoco, destacando sempre o contexto delimitado e os acontecimentos deste. A comunicação a ser apresentada percorrerá classes de mulheres livres, ilustradas e não negras, que não compunham a aristocracia do império, mas que possuíam características de ilustração, muitas vezes, maiores do que das próprias senhoras da elite, esposas dos grandes proprietários, políticos e literatos à época.

Para uma melhor compreensão, com o intuito de expor os caminhos percorridos para chegar a algumas conclusões que aqui serão desenvolvidas, torna-se necessário explicitar a pesquisa previamente desenvolvida com algumas documentações impressas do período. Nestas, foi possível perceber que a população que vivenciava o período do oitocentos era muito mais complexa e ampla, extrapolando os limites entre riqueza e pobreza, no qual mulheres com características ilustradas e de suposta posição social, na verdade se ancoravam no mundo do trabalho e em seus próprios engajamentos pessoais para ascenderem-se socialmente.

Tal exposto é relacionado a trajetória de atuação de Anna Rosa Termacsics dos Santos, mulher letrada, estrangeira, musicista, professora, governanta e costureira, objeto de pesquisa atual. Através de algumas de suas características, percebe-se a infinidade de meios em que ela esteve atuando, em diferentes momentos de sua vida. Nascida em 1821, na região compreendida entre a Áustria e a Hungria, filha de um produtor e comerciante de vinho, que vem para o Brasil em finais da década de 1820, Anna Rosa foi uma mulher com características peculiares e instigantes, fixando em território brasileiro até o ano de sua morte em 1886.

Dos meios elencados em que Anna Rosa atou aquele que mais esteve presente e de maior acesso feminino foi relacionado à instrução e ao ensino de línguas. Foram inúmeras mulheres, sobretudo estrangeiras, que encaminhavam ofícios e requerimentos

para as câmaras pedindo autorização para lecionar em colégios particulares da corte¹⁷. Tal meio era um dos poucos de fácil acesso e continuidade na profissão. Entretanto, outras profissões, também, foram sendo ocupadas pelo sexo feminino, como a de governantas, modistas, costureiras, pianistas e jornalistas. E, é a partir disso, que nossa comunicação terá seu início.

A partir do entendimento de que a formação de uma determinada classe, como a de famílias medianas, está interligada com o conjunto de experiências e vivências comuns compartilhadas, buscaremos analisar o conjunto de mulheres que, assim como Anna Rosa, estavam imersas na sociedade de corte engajando-se no mundo do trabalho em suas diversas frentes. Para tal, partimos inicialmente, da trajetória de atuação de Anna Rosa Termacsics dos Santos em diálogo com outras mulheres. Utilizamos para análise, além dos anúncios localizados nos impressos oitocentistas, alguns ofícios, requerimentos e portarias da sessão da Instrução Pública da corte, localizadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ancorando-nos nos aportes teóricos dos estudos de gênero.

¹⁷ Ver documentação presente na sessão da Instrução Pública 12.3.38 (Colégios particulares (1856-1859) no ACGRJ.

**PRÓSPERO DINIZ E O BELO SEXO: ANÁLISE SOBRE AS DISCUSSÕES
REFERENTES ÀS DISCUSSÕES PUBLICADAS N'A MARMOTA NA CORTE
(1849-1852)**

Laura Junqueira de Mello Reis¹⁸

Palavras chave: Marmota na Corte; Mulheres; Próspero Diniz.

Esse trabalho surge a partir de pesquisas referentes ao projeto apresentado para ingresso no programa de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz Fora, cujo objetivo principal era a compreensão dos escritos femininos e referentes a mulheres durante as três fases do jornal *A Marmota*. No atual fragmento buscaremos verificar os artigos que perpassam as questões referentes às mulheres no jornal *A Marmota na Corte*, durante a época em que Próspero Ribeiro Diniz redigia o jornal; a incluir os escritos do próprio redator, bem como as respostas das mulheres a esses escritos publicados. Esse período se deu desde o início do periódico em 1849 até 1852 (edição 258), quando é anunciada a saída de Próspero Diniz como redator do jornal. A partir de então, o editor Paula Brito passa a ser proprietário único do jornal.

Próspero Diniz nasceu na Bahia, entre os anos de 1815 a 1820. Filho de um famoso farmacêutico, devido aos seus interesses acadêmicos introduziu-se na elite imperial baiana, mas acabou morrendo em 1852, pobre e sem prestígio, pois em seus artigos não poupava nem mesmo aqueles que lhe de bom grado o receberam¹⁹. Ligado à política da província baiana, Próspero Diniz é destacado para acompanhar um conselheiro até a Corte em 18 de agosto de 1849, onde permanece até 18 de dezembro do mesmo ano²⁰.

Ainda em sua passagem pelo Rio de Janeiro, funda o jornal *A Marmota na Corte* com a devida autorização e consentimento de D. Pedro II. Em sua primeira edição, Próspero Diniz já deixa claro quais eram os princípios e objetivos do periódico. Segundo ele, era um jornal de modas e variedades, em que ele solicita a participação popular, e que seu público alvo era principalmente as jovens do 'belo sexo'. Após a morte de seu

¹⁸ Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Linha de Pesquisa: "Narrativas, Imagens e Sociabilidades", sob orientação da professora doutora Silvana Mota Barbosa. E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com. Texto em elaboração, não citar sem o consentimento do autor.

¹⁹ Informações retiradas do dicionário bibliográfico brasileiro (Blake). BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

²⁰ *A Marmota*, Bahia, n.267, 18 de agosto de 1849.

pai, no final do ano de 1849, Manoel Ribeiro Diniz, Próspero Diniz volta para a Bahia, a fim de fazer companhia para sua mãe, e retorna então a *A Marmota Baiana*, cuja muitas edições da *Marmota na Corte*, se referem à ela como a ‘Verdadeira Marmota’. Logo após ele passa um tempo na província de Pernambuco, onde inaugurou a *Marmota Pernambucana*. Mesmo distante continuou enviando textos para que seu editor publicasse na Marmota que tinha como sede o Rio de Janeiro.

Próspero Diniz era quem mais escrevia em seu próprio periódico, e o fazia em assuntos diversos, como política, amor, religião, problemas estruturais do Rio de Janeiro, mulheres, casamentos; desde artigos, sonetos, poesias, motes, quadras etc. Porém, nesse presente trabalho buscaremos tratar apenas dos escritos com ênfase no tema mulher, afim de não se alongar em uma discussão tão extensa e que não nos cabe nesse momento do trabalho.

Buscaremos analisar cada publicação proposta, procurando entender seu conteúdo objetivo. Assim como a percepção do público feminino, quando publicado no jornal. A partir dessa pesquisa, buscaremos problematizar essa relação da maneira como esses artigos tratavam a mulher do século XIX, e como esse tratamento era dado a despeito do fato das mulheres serem suas principais leitoras. Procurando então compreender a questão da mulher no império, produzida a partir desses artigos; além de entender a relação de gênero no jornal. Entender também as discussões que se originaram a partir de algumas publicações polêmicas, como o poema ‘O Cravo e a Rosa’.

É possível compreender ao examinarmos tais escritos, como a percepção de Próspero Diniz se dá a respeito das mulheres no século XIX. O autor, defende o ensino para o belo sexo, mas não um ensino político que auxilie as jovens a pensar, critica as mulheres que ansiavam por serem ‘mulheres públicas’, ou seja que participasse da vida política, critica também o comportamento de algumas moças, que segundo ele acabam por deixa-las ‘feias’. A partir de uma observação prévia, identificamos como esses escritos eram recebidos pelas leitoras do periódico, e como elas se manifestavam quando não estavam satisfeitas com tais publicações; o redator buscava então cada vez mais publicar assuntos que agradassem as leitoras do belo sexo, e então relativizar suas próprias publicações. Outro dos objetivos aqui evidenciados, é o de verificar as motivações que levavam o redator a publicar diversas respostas femininas à esses escritos, decisão essa, que promovia o diálogo em cima das publicações que formavam a base de pensamento exposto n’*A Marmota na Corte*; e em que medida, o retorno dessas mulheres influenciavam a decisão editorial do jornal.

A fonte principal é o próprio periódico, *A Marmota na Corte*. A facilidade do acesso ao jornal se dá por praticamente todas edições se encontrarem disponíveis na hemeroteca digital. Infelizmente a partir de um investigação prévia, foi possível observar que algumas edições não estão digitalizadas; são poucas e em momentos distintos do jornal; acreditamos então que a pesquisa não será prejudicada nesse sentido. Será também utilizada como apoio contextual e biográfico *A Marmota (BA)*.

MARIA FIRMINA DOS REIS: A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER DE LETRAS NEGRA NO MARANHÃO IMPERIAL

Natália Lopes de Souza²¹

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; mulher de letras; imprensa;

O presente trabalho aborda a Trajetória da autora Maria Firmina dos Reis nascida no ano de 1825 que obteve vasta produção, incluindo seu romance *Úrsula* (1859) e seu conto *A Escrava* (1887), dois textos com discursos anti-escravistas, em diversos jornais no Maranhão oitocentista, Esta autora negra se inseriu no espaço da imprensa e obteve uma visibilidade grande na sociedade maranhense. O objetivo central deste trabalho é entender a trajetória de Maria Firmina dos Reis enquanto mulher de letras e negra, buscando para si um espaço de fala além de entendê-la como agente social importante de seu período e elucidar como foi possível que uma mulher negra se inserisse na imprensa maranhense do século XIX, publicando obras de crítica social em uma sociedade patriarcal e escravocrata.

“E ela, que durante a vida, foi história e fez história, somente agora entra para a História”²². Essa citação é do biógrafo de Maria Firmina dos Reis, José Nascimento Moraes Filho, ele vem retratar a importância que esta autora teve em seu tempo e o esquecimento em que caiu após sua morte. Pautado no esquecimento e partindo da premissa que por muito tempo a Historiografia a partir de um viés tradicional se pautava no estudo de grandes instituições e de atores ligados a política, os estudos de gênero e de história das mulheres, contribuíram significativamente para se questionar a produção de conhecimento científico voltado para um sujeito humano universal, além de trazer à tona parcelas esquecidas, como a autora aqui abordada.

Portanto, objetivaremos investigar a importância da trajetória de Maria Firmina dos Reis, enquanto mulher de letras negra e agente social marcada por uma sociedade patriarcal e escravocrata. Cabe ressaltar que a província do Maranhão era uma das mais escravistas do período e escravos e libertos representavam 77,8% da população.²³ Pautado nestas considerações buscaremos entender como Maria Firmina dos Reis teve

²¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. natylopes.hist@gmail.com

²² MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975. P.12.

²³ GALVES, Marcelo Cherche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 4, no.1, janeiro-abril 2012, p. 4-38. P.18.

espaço para produzir um grande número de publicações, dentre elas, poemas, charadas e contos.

Maria Firmina nasceu em 11 de outubro de 1825 na ilha de São Luís no Maranhão e faleceu no dia 11 de novembro de 1917. Aos cinco anos de idade mudou-se para Vila de Guimarães, onde recebeu uma educação acanhada em casa e permaneceria até sua morte. Em 1847, aos 22 anos de idade, foi aprovada num concurso público para a Cadeira de Instrução Primária em Guimarães, tornando-se professora, função que ocuparia até 1881, quando se aposenta.²⁴

Reis se tornou uma "mulher de letras" e obteve uma produção significativa nos periódicos maranhenses e recebia ainda, apoio da imprensa para continuar a sua produção, é o que observamos nos jornais do período²⁵. Deste modo, buscaremos entender a trajetória de Maria Firmina dos Reis enquanto mulher de letras e negra, buscando para si um espaço de fala além de entendê-la como agente social importante de seu período. Sem deixar de destacar a sociedade imperial escravista a qual esta autora estava inserida e a recepção de sua escrita na sociedade maranhense oitocentista.

Para trilhar o caminho e investigar os objetivos propostos, é necessário seguir uma metodologia que ajudará a entender a autora como uma mulher de letras negra e a produção de Reis a partir de uma perspectiva de fonte histórica. Utilizaremos como arcabouço teórico, o campo da História Social das Mulheres e discussões sobre questões de gênero para entendermos Maria Firmina e seu tempo, pois com a pluralização dos objetos de investigação históricas, as mulheres são alçadas a condição de objeto e sujeito da história.²⁶

Trilharemos também a metodologia de Maria da Conceição Pinheiro Araújo em sua tese²⁷ para analisarmos os jornais e as produções de Maria Firmina dos Reis buscando pistas acerca da trajetória de Maria Firmina dos Reis, para isso, contaremos também com a biografia de Reis produzida por José Nascimento Morais filho. Utilizaremos também Elizabeth Souza Abrantes, Zahidé Muzart, que discorrem sobre a vida das

²⁴ ZIN. Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: Uma trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC. São Paulo. 2016. p.23.

²⁵ Vários periódicos elogiavam a escrita de Reis, podemos destacar o *Semanário Maranhense* (1867) e o *Jardim das Maranhenses* (1861).

²⁶ SOIHET. Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295. p. 295.

²⁷ ARAÚJO. Maria da Conceição Pinheiro. *Tramas Femininas na Imprensa do Século XIX: Tessituras de Ignez Sabino e Délia*. Tese de Doutorado em Letras. PUCRS. 2008

mulheres na Imprensa, além de Marcelo Cherche Galves e outros trabalhos historiográficos no que diz respeito ao e contexto do Maranhão em meados do século XIX e além disso utilizaremos teses e dissertações sobre o romance Úrsula e outras produções literárias.

A pesquisa aqui descrita se encontra em nível de levantamento tanto de fontes quanto de bibliografia que corresponde a temática aqui abordada, mas podemos destacar que no Maranhão do século XIX, ocorria uma efervescência cultural muito grande e lá residiam importantes literatos como Gonçalves Dias e Francisco Sotero dos Reis.²⁸ Para além disso, encontramos pesquisas acerca de mulheres que estavam produzindo na imprensa no mesmo período que Reis e em outras localidades, tais como Auta de Souza no Rio Grande do Norte, Luciana de Abreu no Rio Grande do Sul, Ana Luisa de Azevedo Castro em Santa Catarina e Nísia Floresta no Rio de Janeiro.

Em um contexto onde as mulheres estavam buscando o espaço da imprensa, notamos que Reis faz parte desta efervescência feminina, ao longo da pesquisa encontramos diversas notas em jornais se referindo às suas produções, destacamos aqui a coletânea organizada por César Augusto Marques onde este reuniu uma produção de vários artistas incluindo Maria Firmina dos Reis, intitulada “*Almanach de lembranças brasileiras*”²⁹, cabe ressaltar que esta autora foi a única mulher a participar desta coletânea.

Este dado nos ajuda a pensar e a esclarecer o lugar que Maria Firmina, mulher de letras negra ocupa na sociedade, ela reclama para si o lugar de fala e de crítica social em seu tempo e é reconhecida por seu trabalho literário, podemos notar assim a heterogeneidade das experiências históricas dos objetos de pesquisa, pois esta, uma mulher negra consegue a partir do seu trabalho na literatura ter um destaque na sociedade maranhense marcada pela escravidão. Deste modo, a trajetória de Firmina dos Reis é marcada por uma complexidade de relações sociais existentes na Província do Maranhão no século XIX.

Podemos concluir que Maria Firmina dos Reis com sua escrita e presença na imprensa de São Luís do Maranhão contribuiu muito no campo da Literatura, mas ela pode contribuir também no campo da História a partir de sua trajetória enquanto mulher de letras negra na província do Maranhão buscando entender as relações sociais

²⁸SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, SP, 2016. p.32.

²⁹ ALMANACH DE LEMBRANÇAS. Edição 0001. 1863 Disponível na Hemeroteca Digital.

que a cercavam e a forma que a sociedade oitocentista maranhense a enxergava. Além disso, a trajetória dela nos faz questionar o motivo de seu esquecimento se ela era tão ativa em seu tempo, tendo aparecido inclusive na obra de Sacramento Blake³⁰, bom muitas questões aparecem e nos resta levantar as fontes para entendê-las e elucidar a trajetória desta autora.

Fontes:

- a) Romance *Úrsula* publicado em 1859. Sabe-se que atualmente existem fora o original, mais três edições do Romance
- b) Contos: *Gupeva* (1861) e *A Escrava* (1887).
- c) Periódicos presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

A Imprensa. Edições 1857 – 1861, Maranhão.

O Jardim das Maranhenses. Edições 1861 - 1887, Maranhão.

Echos da Juventude. Edição 1865, Maranhão.

Semanário Maranhense. Edições 1867 -1887, Maranhão

A Pacotinha. Edições 1867-1917, Maranhão.

- d) Biografia: MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

³⁰BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Maria Firmina dos Reis*. In: _____. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Vol. 6. 1900. p. 232.

UM ESTUDO DAS RECEPÇÕES DA PRODUÇÃO DE MADAME DE STAEL NA EUROPA E NAS AMÉRICAS.

Louise Salles Schaeffer³¹

Palavras-Chave: Madame de Stael; romantismo; tradução; recepção.

Partindo da influência e da herança que os pensamentos e ideais de Madame de Stael deixaram à História Cultural e Social contemporânea, é de suma importância o conjunto de estudos e pesquisas sobre a personagem, feitos ao redor do mundo, ao longo dos anos. Sua figura se associa ao pensamento libertário, cuja transformação mudou o rumo da literatura francesa entre os séculos XVIII e XIX. É durante o período Napoleônico, pós Revolução Francesa, que Madame de Stael emerge como a personagem oposta ao imperador, com ideais revolucionários que transformaram concepções da época e que segue transformando até os dias de hoje. Essa apresentação propõe um panorama de estudos globais feitos sobre a figura de Stael, seja na literatura com trabalhos de tradução e revisão, seja na História, através de uma caracterização da personagem no contexto de uma França Revolucionária. Tais estudos envolvem principalmente países como a França, os Estados Unidos e o Brasil.³²

³¹ Graduanda em Licenciatura do curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

4) ESTADO E RELIGIÃO NO IMPÉRIO DO BRASIL

A IGREJA NA BUROCRACIA IMPERIAL: UMA BREVE REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

*Jorge William Falcão Junior*³³

Palavras-chave: Primeiro Reinado; Constituição de 1824; Burocracia Imperial; Burocracia Eclesiástica.

As atribuições e os limites da Igreja Católica Apostólica Romana nos assuntos do Estado, e os limites das interferências do Imperador e dos outros poderes políticos sobre a administração da Igreja, foi um dos embates que perpassou a formação do Estado Nacional Brasileiro. De acordo com José Murilo de Carvalho, o clero representa, assim como os magistrados, um ramo da burocracia imperial. Contudo, até a década de 90 do século XX, existe um debate historiográfico relevante sobre o papel político desempenhado pelo clero com o mesmo nível de elaboração relativa ao papel dos magistrados. Primeiramente, há de se considerar a ambiguidade da relação entre o clero e o Estado, pois enquanto o governo tinha os padres como funcionários e como parte da sua administração, a Igreja, por sua vez, mantinha a sua organização e burocracia interna. O segundo ponto a ser considerado diz respeito a diferença educacional que o clero recebia em relação aos magistrados. Desde a expulsão dos Jesuítas, houve no Brasil uma crise nos seminários, de modo que a educação filosófica e teológica dos cleros fora comprometida, ou ao menos escapou aos controles da Igreja, com exceção do Alto Clero, cuja formação, assim como entre os magistrados, acontecia em Coimbra³⁴. Além de refletirmos sobre a concepção de burocracia weberiana utilizada no trabalho de José Murilo, considerando as interferências previstas na primeira constituição brasileira (1824) entre as instituições políticas do Império e as instituições eclesiásticas, apresentaremos uma breve revisão historiográfica tomando como referência central a tese *Os Padres do Império* de Françoise³⁵.

³³ Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

³⁴ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: A Elite Política Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 169-186.

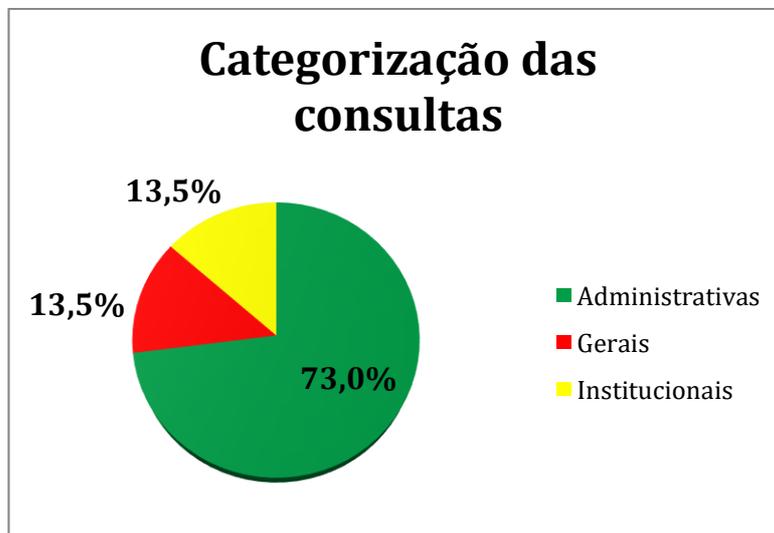
³⁵ SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. *Do Altar à Tribuna. Os Padres Políticos na Formação do Estado Nacional Brasileiro*(1823-1841). Tese. UERJ 2010

O ÂMBITO CIVIL E RELIGIOSO COMO UMA QUESTÃO ADMINISTRATIVA

Eliene da Silva Nogueira³⁶

Este trabalho faz parte da parte da pesquisa de mestrado em andamento, que tem o enfoque nas questões debatidas no Conselho de Estado sobre os assuntos religiosos, entre 1842-1870. Entretanto, diante da diversidade de assuntos encontrado nos debates da instituição, criou-se três categorias para agrupar os diferentes temas, a fim de facilitar a compreensão do trabalho desempenhado pelo Conselho de Estado. Tais categorias, que procuram dar conta da natureza geral da consulta, são denominadas de questões gerais (civis), questões administrativas e questões institucionais. Conforme se pode notar na Figura 1, existe uma concentração expressiva das questões denominadas administrativas; embora isso não diminua a importância das demais categorias, por outro lado destaca a natureza mais administrativa dos problemas que envolveram o Estado e a Igreja no período.

Figura 1: Categorização das consultas do Conselho de Estado de acordo com sua natureza.



Fonte: BRASIL. *Consultas do Conselho de Estado sobre os Negócios Eclesiásticos*. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1869-1870. 3 Tomos.

Dessa forma, na presente comunicação serão abordadas as questões administrativas correspondentes aos casos que envolviam diretamente os membros

³⁶ Mestranda do Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

eclesiásticos, como: a criação de paróquias, o pagamento de cômputo, a colação e provimento dos benefícios eclesiásticos, contratações dos professores episcopais, as relações metropolitanas, beneplácito e eleições dos vigários. A maior parte dessas temáticas envolveu questões financeiras, ou seja, as despesas de custeio do Estado no que se referia à administração eclesiástica. Entretanto, envolviam também certas disputas de jurisdição entre administração pública e religiosa, assim como a relação entre o Direito canônico e o Direito público eclesiástico.

Em um primeiro momento organizou-se as consultas em ordem cronológica a fim de entender as principais questões que chegaram ao Conselho na década de 40, 50 e 60. Entretanto, elas serão apresentadas neste trabalho agrupadas em temáticas, que expressam casos semelhantes enviados ao Conselho em outros momentos. Desse modo, será demonstrado a seguir um desses casos a fim de exemplificar a ação do Conselho de Estado, quando se tratava de conflitos entre o âmbito religioso e civil.

Quando se trata da criação de paróquias, essas envolveram uma disputa entre as assembleias provinciais e as autoridades eclesiásticas, especificamente, os bispos. Dessa forma, no dia 26 de janeiro de 1844, foi remetida ao Conselho de Estado a questão suscitada entre a assembleia provincial do Ceará e o bispo de Pernambuco. O bispo queixava-se por não ter sido previamente ouvido na criação de diversas freguesias.

Segundo a Seção, o bispo argumentou que a Assembleia provincial do Ceará não poderia criar freguesias, sem que precedesse certas formalidades legais, por exemplo, sem sua prévia informação e parecer, que as regras disciplinares da Igreja exigiam para a validação de semelhantes atos. Contudo, a Seção apontou que o bispo não apresentou nenhum princípio do Direito em favor de sua pretensão.³⁷

Para a Seção, o prelado poderia ter fundamentado sua fala nos cânones, pois os párocos e as funções essenciais do seu ministério são de instituição divina, dessa forma, subordinados aos bispos, e que as paróquias são divisões das dioceses estabelecidas pelo *pro tutiore animarum salute*. Todavia, que mesmo diante dessas alegações, não destruiria o direito que o soberano do Brasil tinha de criar, dividir e unir as freguesias como bem entendia, a serviço da Igreja e do bem do Estado. Esse direito foi concedido pelo Padroado. Dessa forma a Seção expressava que:

³⁷BRASIL. *Consultas do Conselho de Estado sobre os Negócios Eclesiásticos*. Tomo III. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1869, p. 73.

Aí está a lei de 11 de outubro de 1786 § 10, onde expressamente se proíbe aos arcebispos e bispos todos os fatos, que por qualquer modo pareçam encontrar amplíssimo poder do padroado sobre as igrejas e benefícios do Brasil.³⁸

De acordo com a Seção, foi esse poder concedido pelo Padroado, que posteriormente passou, pelo ato adicional, para as assembleias provinciais quanto à criação de freguesias, sem limitá-lo por não fazer a consulta prévia aos bispos. Entretanto, a Seção ponderou que o soberano para agir acertadamente ouvia os prelados e consultava a Mesa de Consciência e Ordens, quando decretava a criação ou desmembração de freguesias. Dessa forma, conviria que as assembleias provinciais ouvissem os respectivos prelados, mas os atos efetuados por elas não são nulos por lhes faltar essa circunstância. Esse foi o parecer da Seção de justiça do Conselho de Estado, assinado pelos conselheiros José Maria Lopes Gama (Visconde de Maranguape), Bernardo Pereira de Vasconcellos e o Bispo de Anemuria.

No dia 10 de fevereiro de 1844, foi expedida a resolução sobre a consulta acima, assinada pelo Imperador, de acordo com o parecer da Seção. Diante desta resolução, foi também expedida uma circular ao presidente da província, afirmando que os atos feitos pela Assembleia legislativa não eram ilegais e nulos quanto à criação de divisão de paróquia, por não ter precedido audiência com os prelados. Contudo, conviria que os presidentes não sancionassem soluções semelhantes sem as informações do prelado. Além disso, caso houvesse inconveniência sobre a divisão eclesiástica, ou seja, não entrarem em acordo sobre a divisão territorial da paróquia, o presidente da província deveria comunicar o governo imperial, para que o monarca usando o direito que lhe era competente na apresentação dos párocos, só os estabelecesse onde fosse necessário. Posteriormente, outro aviso será expedido pelo governo em 17 de dezembro de 1867 que corrobora com as decisões anteriores, conforme se pode notar a seguir:

O Aviso n.º 455 de 17 de dezembro de 1867 declara que a audiência dos prelados, nos casos de que se trata, não é exigida por disposição alguma, com quanto seja de grande conveniência; podendo dar-se hipótese em que, sem embargo do parecer contrário dos mesmos prelados, deva sofrer alteração a divisão civil.³⁹

Ainda dobre o assunto, torna-se importante apontar o que disse o Visconde do Uruguai em seus *“Estudos práticos sobre a administração das províncias do Brasil”*.

³⁸Idem.

³⁹BRASIL. *Consultas do Conselho de Estado sobre os Negócios Eclesiásticos*. Tomo III. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1869, p. 75.

Segundo o Visconde, sem dúvida o ato adicional tinha concedido às assembleias provinciais as atribuições de criar, reunir, dividir e extinguir as freguesias. E estas desempenharam tais funções hora consultado os bispos e outras não. Todavia, o Visconde acrescentava que na criação, reunião, extinção e divisão de paróquia, os bispos tinha deveres a cumprir que eram impostos pelas leis canônicas, desse modo, a autoridade civil deveria facilitar o cumprimento delas. Ademais, argumentava que não existiria paróquia enquanto não era canonicamente provida. Pois, nenhum padre poderia servir a Igreja e nem exercer suas funções paroquias sem a instituição e aprovação do bispo. Assim, o Visconde de Uruguai declarava: “Nada há, portanto mais razoável do que ouvir o prelado diocesano antes da criação e procurar pôr-se com ele previamente de acordo”.⁴⁰ A documentação ainda refere-se a outro aviso, que teria sido expedido em 2 de julho de 1846, censurando o procedimento do presidente da província que sancionava lei sem audiência do diocesano.

Portanto, com base no caso apresentado e outros encontrados nas fontes, pretende-se corroborar que as decisões do Conselho eram embasadas nas legislações, procurando manter a harmonia entre os poderes, mesmo que a prerrogativa do soberano fosse reafirmada. Além disso, esses casos eram considerados inusitados, por isso, não encontravam soluções rápidas pelas autoridades provinciais, ou até mesmo descompassos nas aplicações das normas. Ainda, envolviam as disputas sobre a quem competia à administração desses assuntos, onde o civil e o religioso se esbarravam frequentemente ou sequer eram separados. Assim, essas questões eram remetidas ao Conselho de Estado, e suas decisões serviam de precedente para outros casos semelhantes que viessem a acontecer.

⁴⁰BRASIL. *Consultas do Conselho de Estado sobre os Negócios Eclesiásticos*. Tomo III. Tipografia Nacional. Rio de Janeiro, 1869, p. 75.

IGREJA, ESTADO E MAÇONARIA: MATIZES IDEOLÓGICOS NOS PERIÓDICOS MINEIROS DURANTE A QUESTÃO RELIGIOSA (1872-1875)

Bruno Henrique Fernandes⁴¹

Palavras-chave: Questão Religiosa; periódicos; circulação de ideias; Igreja Católica; Maçonaria

Da coroação ao destronamento de D. Pedro II, o Brasil viveu uma época marcada pelos conflitos políticos, ideológicos e militares. Das Revoltas Liberais (1842) à Questão Militar (1880), o Segundo Reinado é marcado pelo embate entre conservadores e liberais que disputavam o campo de atuação política, gravitando em torno da coroa, buscando consolidar seu próprio projeto de governo. Além do campo político a disputa trespassava para o campo bélico e ideológico, atingindo setores diversos da sociedade.

De todos os conflitos vividos no Brasil do oitocentos, um deles é peculiar por sua configuração institucional. A Questão Religiosa (1872-1875) é marcada por ser um conflito entre Igreja Católica e Maçonaria, envolvendo como um terceiro agente, quase um campo de batalha, o Estado e suas relações de poder e mando. No Brasil a Igreja era regida pelo sistema do padroado, onde o Imperador escolhia os párocos e bispos e autorizava o funcionamento das ordens religiosas. O Estado também construía os templos e cobrava o dízimo, além de fazer o pagamento das cômputas⁴². Toda e qualquer decisão emanada de Roma devia passar pelo crivo Imperial, recebendo, se assim concordasse o Imperador, o beneplácito. Somente após o beneplácito a decisão passava a vigorar no país. (LAGE, 2011).

A proposta colocada, em desenvolvimento como pesquisa de Mestrado, é de apresentar e analisar, através dos periódicos mineiros, publicados no período, os discursos políticos e ideológicos da chamada Questão Religiosa. Tendo por base o referencial teórico-metodológico do contextualismo histórico e da história das ideias.

O papel da imprensa na Minas Gerais do oitocentos, conforme a historiografia aponta, é fundamental, de forma que

⁴¹ Graduado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

⁴² Nome dado ao salário pago a um religioso.

os jornais difundiram-se pelo território mineiro, tornando-se presentes no cotidiano das pessoas em pontos diversos, por vezes ligados por caminhos ínvios, redefinindo as posições que os leitores tinham de si e do mundo que os cercava. Ao passo que se organizavam os lugares do debate político propriamente dito, a imprensa caminhava, modificando as relações que as pessoas estabeleciam com os poderes e instituições locais. Com efeito, mais do que um meio, a imprensa periódica, intimamente ligada à discussão pública, tornava-se um dos espaços para a ação dos indivíduos e ingrediente indispensável das culturas políticas da Província de Minas Gerais. (MOREIRA, 2013, p. 65)

É de se questionar, portanto, qual o impacto real da produção destes textos na população. Até onde iria a influência católica no pensamento do brasileiro médio? Qual o papel dos padres maçons durante a Questão Religiosa? É possível demarcar o espaço ideológico entre Maçonaria e Igreja Católica nos escritos do oitocentos? Qual o objetivo da disputa: consolidação de um espaço de atuação dentro do Estado, ou caracterização de um discurso político frente à sociedade?

Parte destas questões são levantadas a partir da análise prévia de alguns periódicos declaradamente maçônicos (*O Monitor do Norte*, *Noticiador de Minas*, *O Colombo*) e católicos (*O Bom Ladrão*, *Selecta Catholica*). É possível encontrar neles uma disputa de ideias e de projetos, como também a projeção de figuras políticas em um cenário que se coloca ideologizante, na tentativa de agregar e cooptar indivíduos para um dos lados. No mesmo momento em que há autores que partem para um ataque aos princípios da outra instituição, há autores que colocam propostas para a gestão do Estado e para a ação da coroa junto à população.

A partir da indexação e análise dos periódicos mineiros produzidos entre 1872 e 1875 se dará a construção de um corpus linguístico que auxiliará na classificação e definição dos discursos e temas propostos dentro da Questão Religiosa. Ou seja, quais temas, termos e expressões definem a circunscrição ideológica e cultural da Maçonaria e da Igreja Católica.

Em um levantamento prévio foram localizados nove periódicos mineiros em circulação no período de 1872 a 1875. Também foram levantadas as instruções de Dom Vital e Dom Macedo aos seus fiéis, como também uma série de discursos, cartas e panfletos produzidos na época em defesa dos bispos.

O objetivo geral da pesquisa é demonstrar que a Questão Religiosa é a disputa de uma instituição arraigada nos meios políticos – Maçonaria; contra uma instituição cristalizada no meio social – a Igreja Católica, na tentativa de definir o papel do Estado junto à sociedade brasileira. Esta disputa, marcada pelos matizes ideológicos dos pensamentos liberais e conservadores, reverbera com o avanço das ideologias do capitalismo industrial e do triunfo burguês na Europa (HOBSBAWN, 2009). Ou seja, ela não está dissociada dos movimentos que buscavam definir o papel do Estado na Europa pós-revolucionária do século XIX.

Partindo deste objetivo, surgem algumas hipóteses a serem trabalhadas:

- O pensamento liberal Maçônico mineiro está muito mais preocupado com a auto conservação institucional, do que construir um liberalismo político e social dentro da província. A crítica ao conservadorismo parte apenas daquilo que é caro à manutenção do *status quo* de seus membros. Sendo assim, não é possível ligar as questões da Revolução Liberal de 1842 com as propostas apontadas pelos liberais maçônicos da Questão Religiosa.
- O pensamento conservador católico, por sua vez, se ocupa inicialmente de uma crítica interna da Igreja, mas vai reverberar neste momento como uma tentativa de sobreposição da Igreja Católica ao Estado, enquanto amálgama social do Império: liberais, conservadores, monarquistas e republicanos acabavam todos por serem católicos.
- Não há uma definição clara, no Império, de qual seria o papel do Estado brasileiro frente a um projeto de Nação. Apesar da sobreposição bélica frente aos vizinhos continentais, não é possível traçar um pensamento coeso que defina o rumo ideológico, até político, neste momento. Ainda com resquícios institucionais do Antigo Regime, como o padroado, busca se alinhar com a evolução industrial e econômica corrente na Europa no século XIX.

Para conseguir traçar este cenário de disputa é importante a análise dos discursos emitidos pelos dois lados, tal como tentar delinear a configuração social da província de Minas Gerais no período. É geral na historiografia sobre o tema que foram nos jornais que se arrastaram os embates textuais, na tentativa de convencimento e ocupação do espaço público. A circulação de ideias se dava por determinada camada da população

que, por sua vez, utilizava de suas redes de influência, social e econômica, para valerm seus pontos de vista. A publicação de um texto em algo que terá circulação, reprodução, torna o discurso público, joga-o em um campo de embates onde poderá ter defensores e acusadores.

A centralidade da pesquisa, portanto, reside na possibilidade de considerar as nuances e matizes aos quais estavam inseridos esses atores e de compreender e identificar os locais de fala como elementos da cultura política, oriundos do pluralismo das ideias e das ações. A produção de um corpus textual vem no ensejo de criar métodos e mecanismos de identificação de elementos culturais que se propagam e se repetem ao longo de um período. Inseridos dentro do contexto político, estes elementos, são importantes na compreensão e definição do aporte ideológico utilizado por esta população. Sua visão de mundo é intimamente ligada a seu papel nele, seja como liberal maçom, ou padre conservador. Ou apenas um maçom membro de alguma ordem religiosa, detentor de cargo público e visto positivamente pelos dois lados do conflito. Ou como a figura de padre Luiz Pinto, cura da Catedral de Santo Antônio em Diamantina – MG e membro da Loja Maçônica Atalaia do Norte que rezava missas durante o dia e dirigia reuniões maçônicas à noite.

5) POLÍTICAS PROVINCIAIS E ELEIÇÕES NAS MINAS GERAIS

AS ELEIÇÕES DO PERÍODO IMPERIAL EM MINAS GERAIS (1824-1849)

Alex Lombello Amaral⁴³

Palavras Chave: Brasil Império; Imprensa; Política; Eleições

O objetivo dessa comunicação é tratar das primeiras eleições de Minas Gerais durante o Brasil Império, abordando por um lado as regras, por outro as táticas eleitorais. É necessário avisar que as conclusões sobre as eleições em uma província infelizmente não são automaticamente transferíveis para outras províncias do Império, de forma que essa comunicação trata somente de Minas Gerais. Por exemplo, Minas Gerais elegia 20 deputados e 10 senadores, enquanto algumas províncias elegiam somente 1 deputado. O uso de listas de deputados, importante na política mineira, sequer existia nessas últimas províncias.

As fontes utilizadas, além da bibliografia de referência, foram periódicos impressos em Minas Gerais entre 1824 e 1840, como a *Abelha do Itaculumy* (Ouro Preto), *O Universal* (Ouro Preto), *O Amigo da Verdade* (São João del-Rei), o *Astro de Minas* (São João del-Rei), o *Constitucional Mineiro* (São João Del Rei), o *Parahybuna* (Barbacena) e *O Povo* (Ouro Preto). O destaque que esses periódicos davam às eleições é enorme.

Inicialmente é necessário tratar das leis e regulamentos eleitorais de 1824, que vigoraram em linhas gerais até 1842 para as eleições de eleitores, conselheiros, deputados, senadores: Voto censitário de aplicação polêmica; eleições em duas etapas visto que os votantes só elegiam os eleitores, e estes elegiam conselheiros, deputados e senadores; mesas eleitorais aprovadas em assembleia; votação em toda uma lista de 20 nomes (no caso mineiro) para deputado geral etc. É interessante o estudo das primeiras eleições sob essas regras, atípicas por serem as primeiras.

⁴³ Mestre e Doutorando em História pela UFJF.

Depois é possível observar a história do uso eleitoral de listas pelos chefes políticos. Votar em listas era uma contingência legal, mas o uso político de listas foi muito além do previsto. Os chefes políticos passaram a distribuir listas manuscritas para os votantes ou eleitores só precisarem assinar ou apresentar, o que tinha uma eficácia local, assim como sobre analfabetos, que eram muitos. Porém, foi ao combinarem, a nível provincial, suas listas, que os chefes políticos somaram seu poder. A partir desse momento, quem votasse fora de uma lista de circulação provincial estava praticamente “perdendo o voto”. Não havia nenhum registro de candidaturas, ninguém era oficialmente candidato, mas ter o nome em uma lista era como ser apresentado ao público como candidato. As listas tornaram-se chapas eleitorais. Em Minas Gerais é a partir das eleições de 1828 que se pode falar de uma eficiente combinação provincial de chapas, que nunca foram mais que duas no período estudado (duas de peso provincial). Em 1836, quando acontecia uma reorganização dos lados políticos, que portanto quase inexistiam, somem temporariamente os sinais de combinação eficiente de chapas provinciais, que em 1840 voltam com força total.

Também existe uma história da luta pelo domínio das mesas eleitorais, e da aplicação do censo eleitoral. Esses dois assuntos se misturavam porque somente em 1842 passou a acontecer, para eleições gerais (porque para municipais já existia uma qualificação feita pelo pároco) uma qualificação eleitoral anterior às eleições, para decidir quem tinha ou não idade, renda de 100 mil reis, ou seja, direito de votar. Antes de 1842 quem decidia isso era a mesa eleitoral, na hora. As fontes, sejam memórias, viajantes ou jornais, são quase unânimes em afirmarem que o voto masculino era universal na prática. Universal para quem estava do lado da mesa, fique claro. E como se decidia a formação da mesa? O regulamento de 1824 previa que a maior autoridade da paróquia presidiria a mesa. A partir da regulamentação do juizado de paz em várias paróquias estes se tornaram as principais autoridades, e a regulamentação das eleições de 1833 alteraram a regulamentação de 1824 no sentido de confirmar os juizes de paz como presidentes das mesas eleitorais em todas as paróquias, o que durou até 1889 com uma breve interrupção de 6 anos entre 1875 e 1881. Além disso dois escrutinadores (contadores dos votos) e dois secretários seriam escolhidos por aclamação da Assembleia eleitoral, formada sem prévia qualificação. A partir de 1828 os chefes políticos passaram a arregimentar homens pobres em grande número para vencerem as Assembleias, obterem maioria nas mesas, permitirem a esses mesmos homens pobres votarem, e

assim ganharem as eleições. Em 1842 o novo regulamento acabou com a participação da Assembleia na formação da mesa.

A violência e acusações de fraude, destacadamente “suborno”, apesar de serem constantes, também têm uma história, que estão interligados à história das listas e da formação das mesas. A violência, até 1842, aconteceu sobretudo na formação das mesas eleitorais. Formada a mesa, o resultado estava decidido e não havia mais motivo para violência. As eleições de 1836 foram atípicas, tiveram uma violência abaixo da média, porque coincidiram com um hiato na existência de lados políticos. É curioso que a violência não diminuiu depois de 1842 (até aumentou), apesar de criada uma qualificação prévia, e de ter sido excluída a Assembleia na formação da mesa. A violência passou a ser usada então para trocar a mesa a força ou para impedir todos os votantes do lado oposto de entrarem na igreja.

Como se nota, até por comparação, a comunicação trata das instruções eleitorais de 1842, que vigoraram até a Lei Eleitoral de 1846, da qual também se trata, e que por sua vez durou até 1854, já além de nosso recorte temporal. As instruções de 1842 criaram a qualificação eleitoral para eleições de deputados e senadores, feitas por juntas, e não pelo pároco como no caso das eleições municipais. Também mudaram a composição da mesa eleitoral, excluindo a fase da aprovação pela Assembleia. A Lei de 1846 duplicou o censo eleitoral, de 100 para 200 mil réis e assim por diante. Manteve as mesas de qualificação mas mudou sua composição. Mudou também a composição das mesas eleitorais, mas não devolveu a decisão sobre elas à Assembleia.

A ELEIÇÃO DE 1824 NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Érica da Cruz Rosa⁴⁴

Palavras-chave: Eleições; Conselho Geral da Província; Minas Gerais; Constitucionalismo; Representação política

A comunicação resulta do trabalho de iniciação científica desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “As províncias e o Império: Dinâmica política provincial e a construção do Estado Imperial no Brasil (1820 - 1834)”. **Esse projeto tem por objeto o estudo da dinâmica política na província de Minas Gerais a partir da análise da composição e funcionamento de duas instituições: o Conselho de Governo ou da Presidência da Província (criado pelo Decreto de 20 de outubro de 1823) e o Conselho Geral da Província (criado pela Carta Constitucional de 1824).** Essa comunicação, de modo específico, tem como objetivo apresentar uma **proposta de TCC com foco na análise da eleição de 1824**, considerada como a primeira eleição do Império sob a Constituição, no contexto de uma nova ordem política, influenciada pelos ideais liberais, que levou à instalação de uma Monarquia Constitucional e à reorganização do espaço político-administrativo das províncias. Para essa pesquisa, analisaremos a eleição de 1824 com foco na eleição dos conselheiros provinciais, na Província de Minas Gerais, para a ocupação das vagas no Conselho Geral da Província. Para isso, utilizaremos como fontes as atas eleitorais e a imprensa da época. Ao propormos o estudo das eleições no século XIX, buscamos deslocar a perspectiva historiográfica tradicional centrada na visão de que a representação política moderna no continente foi um verdadeiro fracasso, marcada por fraudes e manipulações. Para isso, vamos dialogar com a historiografia latino-americana, buscando compreender qual o significado dessa eleição para os representantes e os representados nessas duas décadas iniciais do século XIX, numa sociedade marcada ainda por práticas e valores do Antigo Regime.

⁴⁴ Graduanda do curso de História da UFJF. Bolsista BIC- UFJF.

“OS POVOS” ESPERAM QUE O GOVERNO PROVINCIAL AJA COMO É DE JUSTIÇA EM SUAS CAUSAS.

Eduardo da Silva Júnior⁴⁵

Palavras-chaves: Governo Provincial; Juízes de Paz; Petições.

Com a separação do Brasil de Portugal, foi lançada ao país recém independente a tarefa de construção de um Estado e uma nação da colcha de retalho que constituía a América portuguesa. Iniciados os debates que buscavam traçar os contornos do Estado brasileiro, logo essa tarefa mostrou-se complexa. A falta de unidade e a diversidade de interesses, fizeram com que fossem gestados diversos e distintos projetos de futuro para o Brasil. Que se articularam em sistemáticas disputas políticas que tomaram conta da arena pública brasileira.

Em meio a esse cenário, ganhou folego na agenda política a necessidade de criação de um espaço, que acomodasse os interesses das elites províncias e possibilitassem a essas imporem suas demandas ao poder central e interferir na direção do Estado.

Sintetizando essas questões têm-se a criação dos Conselhos de Governo com a lei de 20 de outubro de 1823, onde são assinalados os esforços para uma progressiva regionalização do poder. Composto por membros eleitos na província, o Conselho de Governo junto ao Presidente de Província, constituíam o governo provincial. Possuindo atribuições políticas e administrativas, o poder provincial adquiriu capacidade de influir no destino de todos mineiros.

Concentrando grande parte das discussões desencadeadas nas suas reuniões na miríade de ofícios, requerimentos e representações, que continham as mais diversas questões, dirigidas ao governo por homens e mulheres que habitavam a província. O Presidente da província em Conselho assumiu, aos olhos de seus contemporâneos, o papel de um espaço privilegiado para resolução de conflitos e queixas de desvios, excessos ou prevaricações de autoridades.

A presente comunicação buscará concentrar sua atenção na interação entre população e governo da província de Minas Gerais. Focalizando sua lente nas petições enviadas

⁴⁵ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

pelos habitantes da província ao governo, entre aos anos de 1827-1834, que diziam da má condutas adotadas pelos juízes de paz. Buscaremos compreender as petições como mecanismo de ação contra as práticas tidas por iníquas e delituosas e buscar nessas o papel que o governo provincial assumia diante da esfera judicial para os peticionários.

A INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS PROVINCIAIS DE MINAS GERAIS E A FISCALIZAÇÃO SOBRE AS CÂMARAS MUNICIPAIS (1825 – 1834).

Diego Rodolfo de Castro Gomes⁴⁶

Palavras Chaves: Conselho de Presidência; Conselho Geral; Câmaras Municipais; Minas Gerais.

A apresentação tem como objetivo demonstrar a pesquisa em andamento que consiste na análise dos debates e consultas feitas ao Conselho de Presidência⁴⁷ da província de Minas Gerais no que se refere a administração das finanças. O foco está na atuação desses Conselhos como fiscalizadores sobre as Câmaras Municipais, sobretudo no exame das contas e das receitas e despesas dos municípios. O recorte temporal estabelecido, 1825 – 1834 se justifica pela necessidade de acompanhar, em momentos distintos, todos os debates referentes às questões fiscais durante o tempo de funcionamento dessas duas instâncias de poder, criadas após a Independência do Brasil e responsáveis pela governança da província.

Primeiro o Conselho da Presidência que foi criado pelo decreto de 20 de outubro de 1823, neste decreto ficou definido que o governo provincial seria composto por um presidente e um conselho. O presidente seria nomeado pelo Imperador e passível de remoção, caso fosse conveniente. O conselho seria composto por seis membros, eleitos da mesma forma que se elegiam os deputados da Assembleia Geral. Ficava também definido que para ser conselheiro era necessário ter pelo menos 25 anos de idade e comprovar moradia na província há pelo menos seis anos.⁴⁸ O Conselho de Governo era a garantia da participação da elite regional nos destinos da província. Em Minas Gerais, sua primeira reunião ocorreu no ano de 1825. Embora a arrecadação de impostos e a administração da Fazenda Pública serem atribuições da Junta da Fazenda provincial, dirigida pelo Presidente de Província, coube inicialmente ao Conselho de Presidência o exame das contas e das receitas e despesas dos municípios.⁴⁹

⁴⁶ Mestrando em História Pela Universidade Federal de juiz de Fora. Texto em elaboração. Não citar sem consentimento do autor.

⁴⁷ Também denominado de Conselho de Governo.

⁴⁸ BRASIL, Lei de 20 de outubro de 1823. Arts. 1 e 2.

⁴⁹ FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os conselhos de governo e os conselhos gerais da província nos debates parlamentares (1823 – 1834)*. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2014. p. 37.

Previsto no capítulo V da Carta Constitucional de 1824, os Conselhos Gerais não foram instalados de modo imediato. As regras de seu funcionamento só foram definidas após intensos debates em 27 de agosto de 1828 com a aprovação do decreto que definia o seu regimento.⁵⁰ Conforme definido no texto constitucional, os Conselhos Gerais eram o reconhecimento e a garantia do “direito de intervir de todo cidadão nos negócios da sua própria província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”. Seu objetivo era propor, discutir e deliberar sobre os negócios de interesse da província.⁵¹ Em sua composição, nas províncias mais populosas, como no caso de Minas Gerais, o Conselho Geral contaria com vinte e um membros e nas demais províncias treze, eleitos indiretamente como os demais representantes da Nação. Para ser eleito era necessário ter vinte e cinco anos, decente subsistência e não poderiam ser eleitos os Presidentes de província, os secretários e os Comandantes das Armas. Suas Reuniões ocorreriam na capital da Província, duravam dois meses e podiam ser prorrogado por mais um. Na primeira sessão seriam escolhidos o presidente do Conselho Geral, vice-presidente, secretário e suplente. A instalação de cada legislatura, instituída para o dia primeiro de dezembro, seria feita pelos Presidentes de província que, na ocasião, instruiria os Conselhos Gerais “do estado dos negócios públicos, e das providências, que a mesma província mais precisa para seu melhoramento”.⁵²

Com a instalação do Conselho Geral em 1828, o exame das contas, das receitas e despesas dos municípios passaram a ser de competência desse conselho que adotou mecanismos de controle significativos sobre as municipalidades. Além de interferirem nos meios de obtenção de rendas, eles passaram a fiscalizar a atuação das Câmaras na arrecadação e gastos, analisando sua legalidade, determinando sobre abonos e emprego das rendas públicas, bem como verificando os contratos realizados, a efetividade da arrecadação e pagamento de propina. As câmaras municipais deveriam remeter seus negócios oficialmente aos secretários dos Conselhos Gerais, onde seriam discutidos a portas abertas, assim como todos os outros objetos.⁵³

A pesquisa, pretende acompanhar as atuações do Conselho da Presidência, de 1825 a 1828, e do Conselho Geral, de 1828 a 1834, quando em função do Ato Adicional os

⁵⁰ BRASIL. *Lei de 27 de agosto de 1828. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1828: Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

⁵¹BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824*.

⁵² BRASIL. *Constituição Política do Império do Brasil de 1824...* Arts. 72º, 71º, 73º, 74º, 75º, 76º, 77º, 79º e 80º.

⁵³ *Ibidem*, p. 136.

chamados conselhos provinciais foram extintos.⁵⁴ Então se utiliza das fontes do Conselho de Presidência para compreender como ocorreu o debate em torno da questão do relacionamento fiscal entre o governo provincial e os municipais. Assim, pretende-se ressaltar a importância de tais instituições no contexto de formação da monarquia constitucional brasileira, ao denotar o poder da esfera provincial dentro do arranjo político.

⁵⁴ BRASIL. *Lei de 12 de agosto de 1834. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1834: Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1866

6) FAMÍLIAS E ELITES NO MUNDO LUSO-AMERICANO

A INSERÇÃO POLÍTICA DA FAMÍLIA MONTEIRO DE BARROS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

Pedro de Almeida Freitas Soares⁵⁵

Palavras-chave: Minas Gerais; Família Monteiro de Barros; Relações Políticas; Poderes locais.

A presente comunicação tem como objetivo expor algumas ideias iniciais que serão melhores trabalhadas na monografia de conclusão de curso, e também dos estudos feitos no projeto de iniciação científica intitulado “As províncias e o Império: Dinâmica política provincial e a construção do Estado Imperial no Brasil (1820-1834), sob orientação do professor Alexandre Mansur Barata. No início do Século XIX, após a independência, ocorreram algumas mudanças no âmbito político nacional, e não diferente também no âmbito provincial, o que provocou um ajustamento dos poderes locais. Em Minas Gerais, algumas famílias importantes do período colonial continuaram a ocupar o espaço político durante o século XIX, se adequando as novas bases políticas. Dessa maneira, nosso trabalho focará na análise da Família Monteiro de Barros com o intuito de se entender as relações políticas estabelecidas na província de Minas Geraís, através dos cargos que os membros dessa rede familiar exerceram no período do Primeiro Reinado, sobretudo os membros que foram eleitos e que ocuparam seus lugares no Conselho Geral da Província. Além disso, pretendemos perceber como foi construído o poder e a influência dessa família com outros membros importantes da política mineira e quais suas estratégias para participar desse universo.

⁵⁵ Graduando do curso de História da UFJF.

ENTRE “ILUSTRES MEMBROS”: DELIBERAÇÕES E NEGOCIAÇÕES DO CONSELHO DE PRESIDÊNCIA DO MARANHÃO (1825-1834)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino⁵⁶

Palavras-chave: Província do Maranhão; Conselho de Presidência; Brasil Império; trajetórias; elites.

Em junho de 1825, após um turbulento período de desquites que culminaram em tensas desordens sociais, duro confrontos militares no interior e duas intervenções na capital São Luís chefiadas pelo enviado de D. Pedro, o almirante britânico Cochrane, a província do Maranhão pode finalizar seu primeiro processo eleitoral em acordo com as novas instruções advindas do Rio de Janeiro, novo Poder central instituído após a proclamação da Independência do Brasil. O pleito decidiu os eleitos para as novas instituições imperiais, incluindo a Assembleia Nacional e o Senado, alocados na Corte, assim como para o Conselho de Presidência, com sede na capital da província. Criado pela Carta de 20 de Outubro de 1823, esse interessante órgão de instância executiva deveria auxiliar o presidente de província, nomeado pelo Poder central, em questões de “exame e juízo administrativo”⁵⁷.

Vale enfatizar que a Carta de 20 de Outubro não designou o Conselho especificamente, nomeando-o apenas por esse título genérico. No Maranhão, a instituição foi chamada algumas vezes como Conselho Administrativo, Conselho de Governo ou Conselho de Presidência. Porém, o vocativo mais comum foi o de Conselho Presidencial, que interpretamos como uma possível referência ao seu líder em sessão, o presidente.

O Conselho de Presidência seria imbuído de uma representatividade política, como destacou Maria de Fátima Gouvêa, compartilhada entre seis conselheiros (que possuíam ora voto consultivo, ora qualitativo) eleitos dentre os políticos do âmbito regional, com a exigência de que os candidatos fossem maiores de trinta anos e residissem na província há, pelo menos, seis. Juntos, presidente e seu Conselho constituíram a base da esfera de poder provincial, ou regional, novo *locus* político-administrativo que, aliados aos poderes locais e ao poder central, tornaram-se os principais pilares governativos do Estado imperial brasileiro em gestação.

⁵⁶ Aluna do Doutorado em História do PPGHIS-UFJF. Texto em elaboração. Não citar sem consentimento do autor.

⁵⁷ Essa expressão denota que o órgão tinha somente caráter executivo, e não legislativo, com relação a assuntos interessantes às províncias.

O Conselho de Presidência tinha poder deliberativo sobre questões referentes: ao desenvolvimento econômico da província, com o incentivo da agricultura, comércio e indústria, bem como a conservação de uma boa infraestrutura, com a conservação e abertura de estradas e pontes; à segurança, com a vigilância sobre prisões, casas de correção e de caridade; ao conhecimento sobre a província, com a organização de censos e estatísticas; à “educação da mocidade” e à catequização de indígenas; à fiscalização de possíveis abusos na arrecadação de impostos, das contas das Câmaras Municipais, das receitas do próprio Conselho e as da presidência; às reclamações contra funcionários públicos e ao trato de conflitos de jurisdição entre autoridades, com a possibilidade de suspensão de magistrados; à proposição de medidas para garantir bons tratos aos escravos e sua gradativa emancipação; e, à determinação de despesas extraordinárias, sendo que o presidente só poderia executar medidas sobre esse assunto quando obtivesse a aprovação imperial.

Pela incumbência de seus deveres, atrelados à observação e execução das novas leis constitucionais em confecção pela Assembleia Geral, observamos que os Conselhos de Presidência se guiavam pelas “luzes constitucionais” a fim de organizar a nova base administrativa imperial. Ao mesmo tempo, tais instituições lidaram com problemas particulares de suas localidades que desvelam interesses e projetos dos atores e grupos que participaram ativamente da vida sociopolítica de suas províncias.

No Maranhão, o peso de tais encargos, bem como a seletividade desse grupo, fizeram ressaltar a participação de importantes “homens da terra” junto aos presidentes que eram enviados sob ordens do Imperador. Observando tal contexto provincial e perscrutando as atas e ofícios do Conselho Presidencial, bem como a trajetória de seus membros antes e após o processo de Independência que marcou sua localidade, propomos ultrapassar análises mais tradicionais centradas nos aspectos institucionais para refletir também sobre as relações pessoais, os contatos e as redes formadas pelos indivíduos, aspectos que permitem uma melhor visão dos bastidores e do sistema de conexões e de patronagem estabelecidos entre os atores, assim como o estudo detalhado do desenvolvimento da instituição de interesse. De forma mais geral, também podemos nos questionar sobre o peso das mudanças de poder nesse contexto específico e tentar investigar o papel dos representantes da(s) elite(s) participante(s) do processo de formação do embrionário Estado imperial.

**“PURA AMBIÇÃO DE NEGÓCIO”:
NEGÓCIOS, DÍVIDAS E PROPRIEDADES NA PRAÇA COMERCIAL DE
SÃO LUÍS (1821-1831)**

*Luisa Moraes Silva Cutrim*⁵⁸

Palavras-chave: Negociantes; praça comercial de São Luís; propriedades e dívidas.

Assim como em outras partes da América portuguesa, os negociantes se fortalecem no Maranhão nas primeiras décadas do século XIX. Com a instalação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, no final do século anterior, a região conseguiu alavancar economicamente a partir da agroexportação, principalmente algodão e arroz, auxiliando o fortalecimento dos proprietários rurais. Posteriormente, com a extinção da Companhia, o monopólio comercial da mão de obra escrava passou para as mãos dos homens de grosso trato estabelecidos na região. Esse sistema contribuiu para “um tipo específico de acumulação”, em que se solidarizavam “o capital mercantil, o Estado metropolitano e o grande proprietário rural, sob o domínio do primeiro”⁵⁹. Ou seja, foi possível o fortalecimento dos negociantes, visto que estiveram envolvidos com os produtos de exportação e com o comércio dos meios de produção. Desse modo, pretende-se ampliar a análise da dinamização da economia na praça de São Luís a partir da atuação dos homens de negócios que se estabeleceram na região e conseguiram acumular fortunas, propriedades e devedores.

Essa elite mercantil, como denomina João Fragoso (1993), que ficou evidente em praças com grande fluxo comercial como o Rio de Janeiro, também atuou ativamente em regiões como São Luís, notadamente como credores. A atuação desse grupo foi caracterizada pelo autor contemporâneo Garcia de Abranches como “mais escandalosa usura”, visto que crescia vertiginosamente as dívidas dos fazendeiros para com os negociantes devido a forte dependência da mão de obra escrava pelos primeiros⁶⁰. Em 1813, Raimundo Gaioso também considera ser esse endividamento dos fazendeiros, assim como o alto preço dos escravos, os principais entraves à lavoura na capitania⁶¹.

⁵⁸ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Linha de Pesquisa: “Narrativas, Imagens e Sociabilidades”, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Fernanda Vieira Martins. Texto em elaboração, não citar sem o consentimento da autora.

⁵⁹ FARIA, Regina Helena Martins de. *Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luis: Edufma. 2012. p. 41.

⁶⁰ ABRANCHES, João Antônio Garcia de. *Espelho crítico-político da Província do Maranhão*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1822. p. 13;15;23.

⁶¹ GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão...* 2º ed. Rio de Janeiro: Livros do mundo inteiro, 1970 (Ed. Fac similar da 1ª, 1818) Coleção São Luís, v.1. p. 240.

Os relatos apontam para o grande endividamento e a pouca liquidez de mercado, aspectos próprios das principais praças mercantis do império luso-brasileiro, também se fazia presente em São Luís, favorecendo a acumulação de capital nas mãos de figuras como os negociantes.

Além das narrativas dos contemporâneos, a pesquisa de Matthias Rohrig Assunção sobre o Maranhão também ressalta o endividamento sistemático dos fazendeiros, afirmando que “em poucas outras regiões brasileiras existia dependência tão grande dos fazendeiros em relação à burguesia comercial”. Em contrapartida, o historiador compara a atuação dos negociantes portugueses e ingleses, considerando os últimos com maior predominância no comércio exterior maranhense, a partir de 1812. Isto porque, faltava para os negociantes portugueses liquidez e crédito no além-mar. Com os lucros mercantis concentrados nas mãos dos negociantes ingleses não houve, segundo Assunção, um processo de acumulação interna tão significativo quanto no Rio de Janeiro, principal praça comercial do período⁶².

No entanto, ainda que a atuação inglesa tenha sido relevante na região, impulsionada principalmente pela acentuada produção algodoeira, a análise inicial da documentação aponta outras perspectivas em relação aos homens de negócio portugueses estabelecidos no Maranhão, notadamente no que se refere a grande acumulação de capital e de dívidas ativas. Como exemplo, destaque para o negociante Antonio José Meirelles – também citado por Assunção como influente capitalista pela quantidade de empréstimos concedidos – que após sua morte, em 1838, o montante bruto apresentado em seu inventário somava a quantia de 371:151\$490 réis. Ao comparar com outras importantes praças comerciais, como Lisboa e Rio de Janeiro, observa-se a relevante acumulação.

Nesse contexto de intensas transformações e circulação de ideias o objetivo da pesquisa é investigar a praça comercial de São Luís a partir da atuação dos negociantes entre 1821 e 1831. Além de identificar as particularidades das relações mercantis na região; mapear os personagens que atuaram como negociantes e se fortaleceram como grupo; e analisar a importância e influência das dívidas nas relações comerciais e pessoais dos homens de negócio.

⁶² ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. *De caboclos a bem-te-vis. A formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*. São Paulo: Annablume, 2015. p.250;254;279.

7) POLÍTICA DE SAÚDE E CULTURA INTELECTUAL

REFORMAR UM HÁBITO ARRAIGADO: HIGIENISMO E SALUBRIDADE NA BASE DAS DISCUSSÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS EXTRAMUROS.

Pâmela Campos Ferreira ⁶³

Palavras-Chave: “Higiene”, “salubridade”, “cemitérios extramuros”, “tratados médicos”.

Para entendermos em que sentido caminhou as discussões sobre a necessidade e utilidade da construção de cemitérios extramuros nas províncias do Império do Brasil, é nosso olhar para meados do século XVIII. Foi ao longo dos setecentos europeu que se desenvolveu, em determinadas regiões da Europa como foi o caso da França, uma medicina urbana, preocupada em controlar a circulação de elementos fundamentais para a vida como a água e o ar. ⁶⁴

Segundo M. Foucault, até meados do século XVII na Europa, o medo provinha do campo, representado pela figura dos camponeses. Foi o momento das grandes revoltas camponesas. No entanto, nos idos dos setecentos europeu, observou-se um cenário contrário ao que até então ocorria. As revoltas camponesas declinaram cedendo espaço as revoltas urbanas que se tornaram crescentes em grande medida devido a formação de uma plebe que passava por um processo de proletarização ⁶⁵ - o que fez surgir a necessidade de um poder político capaz de fiscalizar o meio urbano.

O medo proveniente do espaço urbano, enquanto um espaço caracterizado pelas fábricas e oficinas, pelo amontoado do povo, das casas altas, da população cada vez mais numerosa, bem como das epidemias urbanas decorrentes de lugares insalubres, é um medo ou angústia exemplificado na frase de um filósofo francês Pierre Jean Georges Cabanis, ⁶⁶ quando o mesmo alertava: “Todas as vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde”.

⁶³ Mestranda pelo programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES, email para contato: pamelacamposf@hotmail.com OBS.: Texto em elaboração. Não citar sem consentimento do autor.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Biblioteca de filosofia e história das ciências. Editora: Graal, 2009, p. 53.

⁶⁵ Idem, p. 51.

⁶⁶ Pierre Jean Georges Cabanis foi um fisiologista e filósofo materialista francês, nasceu em 05 de junho de 1757, e morreu em 05 de maio de 1808. Cabanis foi o filósofo mais conhecido da revolução médica que está associada à França no final dos anos 1700. Cabanis era um “sensualista”, ou seja, ele seguia o filósofo do Iluminismo Condillac e John Locke ao teorizar que as impressões recebidas pelos sentidos eram os blocos de construção de todo o conhecimento. Cabanis aplicou essas ideias à reforma de hospitais e educação médica. Apesar de sua abordagem revolucionária à medicina, Cabanis nem sempre apreciava o que a ciência tinha para oferecer. Ele frequentemente criticava a relação entre química, física e medicina. Fonte: WWW.science-museum.org

Entre os pequenos pânicos que atravessavam as cidades europeias, sobretudo a de Paris, estava o medo que a população tinha em relação ao Cemitério dos Inocentes, depósito dos cadáveres que em vida não tiveram dinheiro o suficiente para terem um sepultamento digno, no sentido de pagarem por um túmulo individual. O amontoamento dos corpos chegava ao ponto de se encontrar cadáveres caídos pelas vielas das ruas, uma vez que os mesmos eram empilhados. No entorno deste cemitério - foram construídas diversas casas, que conviviam não só com o medo relativo a figura do cadáver, como com o pavor de estarem expostos a possíveis doenças, em decorrência da proximidade entre vivos e mortos.⁶⁷

Um dos grandes objetivos da medicina urbana - é a fiscalização dos lugares de amontoados, de acúmulo, lugares onde pudessem haver focos de disseminação de doenças, e difusão de fenômenos endêmicos ou epidêmicos. Após a efetiva vitória sobre os ambientes considerados insalubres ou nocivos à saúde dos indivíduos, caberia a esta medicina através de seus agentes, a erradicação dos elementos entendidos como prejudiciais. No caso específico do Cemitério dos Inocentes de Paris, as reclamações dos habitantes aliada à prática médica executaram a transferência não apenas deste, como de outros cemitérios situados nos centros da cidade para as periferias.

Surgia então, a questão de como manter o ar sadio nos centros urbanos. A resposta a essa pergunta seria dada pelos indivíduos capacitados para falar sobre: os médicos e os químicos. As soluções intentadas por eles para resolver os problemas urbanos relacionados a um ar corrompido em seus elementos dizia respeito a um arejamento no espaço urbano. Dentre as medidas levadas a cabo com vias a reforma sanitária do meio urbano, como a destruição de casas que se encontravam sobre as pontes nas cidades e que prejudicavam a circulação do ar em cima dos rios, estava a preocupação em se afastar a presença dos mortos do meio dos vivos, e neste sentido os templos cristãos e cemitérios estabelecidos no interior das cidades, estavam na mira da medicina social.

De forma correlata a noção de salubridade surge a temática sobre a higiene pública, outro ponto consideravelmente destacado pelas autoridades médicas e sanitárias nas províncias do Império. A noção de higiene pública era entendida como uma técnica que procurava controlar e modificar os elementos materiais do meio, componentes que pudessem favorecer, ou mesmo prejudicar a saúde. Neste sentido, a

⁶⁷ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Biblioteca de filosofia e história das ciências. Editora: Graal, 2009, p. 51.

medicina urbana, aliada às noções de salubridade, insalubridade e higiene pública, passou a ter como encargo a fiscalização do meio urbano, procurando possíveis lugares disseminadores de doenças.

As intervenções de caráter urbanístico desenvolvidas pelas autoridades médicas e por engenheiros responsáveis pelo saneamento nas províncias do Império do Brasil se pautaram Nas teorias médicas reinantes no momento, a conatagionista e a infeccionista. Dentro dessas grandes teorias que permeavam os debates sobre as causas das doenças, surgiam os tratados médicos e químicos. Dois grandes tratados surgiram no mundo luso brasileiro, o de Vicente Coelho de Seabra Silva Telles, ⁶⁸ intitulado *Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres nos templos, e método de os prevenir*, e a outra obra que circulou no universo brasileiro foi a tradução que José Correia Picanço, ⁶⁹ fez do francês Vicq d'Azir, ⁷⁰ chamada *Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades e nos seus contornos*. Esses tratados serão analisados na presente comunicação.

⁶⁸ Vicente Coelho nasceu em 1764 na freguesia de Congonhas do Campo, capitania de Minas Gerais, e faleceu em 1804. Em 1783, provável ano de chegada a Portugal, Seabra matriculou-se no curso de Matemática e também no de Filosofia, este último como preparação obrigatória para o curso de Medicina que desejava seguir. Concluiu o curso de Filosofia em 1787 e o de Medicina em 1791. A produção científica de Seabra teve início logo após seu bacharelado em Filosofia. Em 1787, seu primeiro trabalho foi publicado pela imprensa da Universidade de Coimbra, tratava-se da dissertação sobre a Fermentação em Geral, e suas espécies. Em 1788, a mesma editora publicaria sua Dissertação sobre o calor, oferecida a José Bonifácio de Andrada e Silva e, ainda, a primeira parte dos Elementos de Química. Neste trabalho, Seabra antecipava sua adesão aos princípios da química nova, defendida por Lavoisier em seu célebre tratado sobre a química elementar. Em 1791 foi convidado a ocupar o cargo de professor demonstrador nos cursos de Química e Metalurgia da Faculdade de Filosofia. Além de grande estudioso da química, perfeitamente sintonizado com os avanços científicos de sua época, Seabra também tinha interesse por outros ramos das ciências naturais, tendo produzido monografias sobre vários assuntos. Algumas constam da coleção de memórias publicadas pela Academia de Ciências de Lisboa, outras foram impressas nas oficinas da Tipografia do Arco do Cego. Fonte: www.cedope.ufpr.br

⁶⁹ José Correia Picanço nasceu em 10 de novembro de 1745 na vila de Goiana, então capital de Pernambuco. No Recife, aprendeu a profissão de cirurgião-barbeiro com o pai e, aos 21 anos foi nomeado cirurgião do Corpo Avulso de Oficiais de Ordenança dos Estrados e Reformados. Licenciou-se em cirurgia na Escola Cirúrgica do Hospital São José, em Lisboa e, em seguida, viajou para a França, onde, em 1768, obteve o grau de Officier de Santé pela Universidade de Montpellier. De volta a Portugal, em 1772, ingressou na Universidade de Coimbra como lente da cadeira de Anatomia. Exerceu diversos outros cargos em Portugal, foi cirurgião-mor dos Exércitos do Reino, cirurgião da Real Câmara, primeiro médico da Casa Real e do Conselho de d. João e deputado da Real Junta do Protomedicato. Em 1808 veio para o Brasil com a família real, tendo sido nomeado cirurgião-mor do Reino. Morreu no Rio de Janeiro em 1824. Fonte: linux.an.gov.br

⁷⁰ Félix Vicq d'Azir nasceu em Valognes (Normandia) em 23 de abril de 1748, e faleceu em 20 de junho de 1794 em Paris. D'Azir estudou medicina em Paris. Em 1773 iniciou uma série de palestras bem sucedidas sobre anatomia humana e animal na Faculdade de Medicina de Paris, da qual recebeu seu diploma de medicina em 1774. Foi eleito no mesmo ano na Academia de Ciências aos 26 anos. Vicq d'Azir tornou-se conhecido após o seu sucesso na gestão de uma grave peste do gado que ocorreu na parte sul da França em 1774, um evento que levou à fundação da Royal Society of Medicine em 1778. D'Azir publicou em 1786 um notável tratado de anatomia e fisiologia, um grande folheto que continha descrições originais ilustradas por meio de figuras de tamanho natural, coloridas, de uma qualidade e exatidão nunca alcançadas antes. Em 1789, foi nomeado médico da rainha Maria Antonieta e, em 1790, apresentou à Assembleia Constituinte um plano decisivo para reformar o ensino da medicina na França. Fonte: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov>

MEZINHEIROS, SANGRADORES E CHARLATÃES NO BRASIL
OITOCENTISTA: UMA BREVE ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA SOBRE AS
“ARTES DE CURAR” NO IMPÉRIO DO BRASIL

Kathleen de Oliveira Maia⁷¹

Palavras-chave: Medicina popular; curandeirismo; sangradores; revisão historiográfica.

A partir de estudos concentrados nas dinâmicas socioculturais do Império brasileiro, pode-se observar sob diversas nuances a presença de menções e inquietações acerca das práticas curativas no Oitocentos, especialmente aquelas originadas dos setores mais populares. A pertinência do tema enquanto objeto de investigação torna-se ainda maior quando observamos a emergência de problemáticas envolvendo as chamadas “artes de curar” em documentos dos próprios órgãos oficiais, como é o caso da Fisicatura-mor brasileira, o que denota a existência de diversas disputas envolvendo o exercício da cura em terras brasileiras no século XIX.

Ainda que o desenvolvimento da medicina formal já tivesse sofrido inúmeros avanços no continente europeu, o que nos induz também a considerar sua exportação para terras americanas, é importante ressaltar que as faculdades de medicina só serão de fato implantadas no Brasil a partir de 1832 (PIMENTA, 2003). É válido sublinhar, no entanto, que mesmo com o posterior avanço da medicina regulamentada, o contingente de indivíduos que praticavam a cura popular em suas diversas vertentes parece não decair, notando-se interpolações entre os espaços populares e formais do exercício médico.

⁷¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

A partir de diagnósticos preliminares, observamos a existência de uma pluralidade de produções historiográficas envolvendo a temática da medicina popular, sendo que tais análises propõem inúmeras vertentes de reflexão acerca do tema, fato este que se considera basilar no que tange à tessitura de novos caminhos e perspectivas de estudo sobre tal objeto. Sendo assim, o principal objetivo deste trabalho é realizar uma breve revisão bibliográfica sobre a questão da medicina popular, possibilitando assim um mapeamento de inovações e estudos clássicos sobre o tema.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho envolve a análise de alguns artigos e teses produzidas por indivíduos vinculados à universidades e centros de pesquisa de renome, como a UFRJ, Unicamp e Fiocruz. Além disso, busca-se a complementaridade dos dados obtidos investigando propagandas publicadas em alguns periódicos contidos na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Em relação aos recortes geográficos, foca-se de modo geral nas províncias do Rio de Janeiro e Bahia, não se excluindo ocasionais análises acerca de outras localidades como Santa Maria (WITTER, 2000). Quanto ao recorte temporal, notamos uma ampla multiplicidade de temporalidades trabalhadas pelas produções, abrangendo praticamente quase todas as décadas do século XIX.

Por se tratar de uma das partes de uma pesquisa em andamento, é necessário evidenciar que tratam-se ainda de resultados preliminares, totalmente passíveis de revisão futura. No presente momento, podemos apontar duas primeiras inquietações acerca do objeto de pesquisa e das produções conectadas a ele, que serão apresentadas abaixo.

É observável que grande parte do contingente de trabalhos acerca da temática é produzido a partir dos anos 1990. A esse fator atribuímos a expansão de novas vertentes historiográficas, como a Nova História Cultural, e também à possibilidade de acesso a

fontes documentais até então desconhecidas ou desconsideradas pelos historiadores, o que possibilitou uma ampliação na gama de temas a serem estudados. Deste modo, o crescimento do interesse e das produções acerca da temática da cura no Brasil revelam que se trata de um assunto ainda com diversas possibilidades de abordagem e de caráter relevante para a historiografia nacional.

Além disso, no que tange às análises historiográficas realizadas, é apreensível também o delineamento quanto à importância do campo da História das Ciências enquanto espaço não de um estudo hermético, mas sim como um âmbito correlacionado à toda uma dinâmica sociocultural que o influencia e é influenciado por ele. Ou seja, a partir das produções em questão, são levantadas hipóteses que permitem questionamentos fundamentais acerca da sociedade brasileira oitocentista, tais como relações de poder, imaginários e práticas culturais.

LA LITERATURA DE LA COLONIZACIÓN. EL CASO DE: VOLTAIRE Y KIPLING

Jeremy Dioses Campaña⁷²

Palabras claves: Ilustración, literatura, colonización, racismo.

En el presente trabajo estudiaremos la producción literaria de Voltaire y Rudyard Kipling. Ambos, aunque en espacio y tiempo diferentes, construyen a través de sus textos imágenes relacionadas a los debates sobre la degeneración de las razas y el salvajismo que los europeos adjudicaban a las poblaciones propias de América e India. En este sentido, comprendemos a la literatura realizada por ambos autores como un mecanismo colonizador de los imaginarios de las sociedades que pueblan los espacios de ultramar para justificar la presencia de las monarquías francesa e inglesa en un contexto donde eran cuestionadas y perdían poder.

⁷² Mestrando em História pela UFJF.

AS “PESSOAS PARTICULARES” E OS “PRIVADOS DOS REIS”: OS CONCEITOS DE PARTICULAR E PRIVADO NO ANTIGO REGIME PORTUGUÊS

*Renato de Ulhoa Canto Reis*⁷³

Palavras-chave: história dos conceitos; particular; privado; Antigo Regime Português.

A historiografia que trabalhou com os conceitos de público e privado no Antigo Regime acostumou a investigar a relação entre os dois como uma relação confusa, apontando sempre uma dificuldade de interpretá-los. No geral, parte-se da suposta separação entre estas duas “esferas”, “espaços”, “setores”, “domínios” ou “reinos”⁷⁴ no período moderno, para se constatar de maneira anacrônica, que no Antigo Regime eles eram “confundidos” pelos atores políticos e sociais ou “não se distinguem”. De qualquer maneira, o olhar está fixo no processo de separação do público e do privado, e o sentido que o passado ganha diz mais sobre o que virá do que sobre o que realmente acontecia.

Essa dificuldade de trabalhar com estes conceitos é sintetizada por Bartolomé Clavero em sua investigação sobre a fiscalidade no Império Espanhol, exemplificando também a forma como se tem tradicionalmente operado:

No existe para ella [fisco], en suma, separadamente lo público y lo privado: *Nec tamen fiscales res proprie publicae dici possunt ut nec privatae*; éstos son entonces términos o índices lábiles y fluctuantes, no poco erráticos; categorías connotativas más que denotativas; conceptos que, por cuanto que presentes desde el texto romano y ahora reanimados en otros ámbitos de la cultura moderna, pueden resultar más significativo por su aplicación desdibujada o por su incidencia distorsionada que por su mera presencia o postulación⁷⁵.

Ou seja, uma vez que não é possível ver a separação clara entre o público e o privado, a forma de resolver o problema é afirmar que são instáveis, flutuantes, erráticos, conotativos, turvos e distorcidos. Porém, Clavero afirma em nota que:

A lo que llegan mis noticias, el binômio público/privado, o su juego de calificaciones realmente no binômico, en la doctrina moderna del *ius commune* es materia que sólo ha sido tocada de forma más bien

⁷³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

⁷⁴ Para Hannah Pitkin, todas estas metáforas vinculadas ao público e ao privado representam um risco: “Um reino é um ‘kingdom’, e nós temos o direito de esperar disto um monarca com súditos, um território com fronteiras. Um domínio tem um senhor para chefiar a casa. Um setor foi cortado de algum todo maior, usualmente circular na forma; uma esfera é uma bola, um objeto físico no espaço. Todas essas locuções sugerem limites claros e fixos, uma exclusão mútua de conteúdos, que é altamente enganosa”. PITKIN, Hannah. Justice: on relating private and public. *Political Theory*, Vol. 9, n. 3 (Aug. 1981). P. 327-352.

⁷⁵ CLAVERO, Bartolomé. *Hispanus Fiscus, persona ficta*. Concepción del sujeto político en el *ius commune* moderno. *Quaderni Fiorentini: per la storia del pensiero giuridico moderno*. Literari moderni della persona giuridica, 11/12, tomo I, 1982/1983. Pp. 140-141.

tangencial, excessivamente genérica o bastante anacrônica, y no con el detenimiento que el tópico indudablemente merecería, no conociendo en todo caso un tratamiento de sus particularidades interesantes a nuestro objeto⁷⁶.

A pesquisa de doutorado atualmente em desenvolvimento, “Os conceitos de público e privado no Brasil: historicizando a ‘grande dicotomia’ (1750-1880)”, tem como objetivo investigar, especificamente, a forma como estes conceitos eram utilizados, buscando suprir esta lacuna apontada por Clavero e oferecer uma perspectiva que evite as afirmações anacrônicas a respeito da “confusão” ou “não distinção” do público e do privado no Antigo Regime.

O primeiro capítulo da tese se debruça para os usos dos conceitos no Antigo Regime Português. O que a pesquisa revela até agora é que: 1) raras vezes se utilizava o conceito de privado enquanto substantivo ou adjetivo, adotando-se o termo “particular”; 2) privado era utilizado, basicamente, de três formas: a) enquanto verbo, se referindo a tirar algo de alguém, despojar, destituir, apartar; b) para se referir às pessoas que não possuíam ofícios públicos, demarcando uma ausência; c) para tratar dos validos ou “privados dos Reis”; 3) a relação entre público e particular não se constituía como uma oposição, mas como uma integração. A proposta da apresentação é demonstrar os três pontos elencados acima, focando, dessa forma, nos conceitos de particular e privado.

O intuito é, por um lado, certificar que particular e privado não eram tomados como sinônimos e, por outro, que público se relacionava diretamente com particular. Se assim ficar demonstrado, é possível constituir uma base sólida para questionar as interpretações sobre a suposta dicotomia entre público e privado no Antigo Regime, bem como se torna concebível outra interpretação que não reforce a ideia de “confusão” e nem os anacronismos presentes nas expressões negativas da “não distinção” ou “não separação”.

A argumentação está ancorada em diferentes tipos de fontes, com especial destaque para os tratados de direito. As fontes utilizadas restringem-se ao século XVII, período em que é possível perceber mais claramente os usos relacionados ao Antigo Regime, evitando, dessa forma, incursionar nos debates a respeito do século XVIII e as mudanças que nele acontecem⁷⁷. As fontes analisadas foram: “Lei Régia de Portugal” de

⁷⁶ *Id. Ibidem.*, Pp. 141. Nota 103.

⁷⁷ HESPANHA, António Manuel. A Note on Two Recent Books on the Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century. *e-JPH*, Vol. 5, nº 2, Winter 2007.

João Salgado de Araújo (1627); “Justa Aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal Dom João IV” de Francisco Velasco Gouvêa (1644); “Corte na Aldeia e Noites de Inverno” de Francisco Rodrigues Lobo (1649); “Vida da Imperatriz Theodora” de Duarte Macedo Ribeiro (1677); Ordenações Filipinas; Dicionários; entre outros.

8) EDUCAÇÃO, IMPRENSA E SOCIABILIDADES

DA “EDUCAÇÃO DOS SENTIDOS” ÀS AULAS NOTURNAS: ATUAÇÃO EDUCATIVA E SOCIABILIDADE MAÇÔNICA (BRASIL, SÉCULO XIX)

Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata – PPG HISTÓRIA UFJF

A comunicação tem por objetivo discutir as práticas educativas experimentadas nos espaços de sociabilidade maçônicos no Brasil, especialmente, ao longo do século XIX. Na primeira parte, dado ao caráter iniciático dessa forma associativa, será discutido a dimensão interna desse processo educativo, centrado nas noções de aperfeiçoamento moral e de aperfeiçoamento intelectual de seus membros. A segunda parte da comunicação será dedicada a discutir a atuação educativa externa ao mundo fechado das lojas maçônicas. Seguindo o exemplo dos maçons europeus e norte-americanos, os maçons brasileiros, ao longo do século XIX, investiram na criação de uma rede de bibliotecas, escolas e aulas noturnas voltadas, sobretudo, aos setores populares. Para os maçons, diante do fortalecimento das teses do ultramontanismo católico verificado no período, a universalização do ensino laico seria o principal remédio para combater os partidários do “fanatismo” e da “intolerância”.

A HISTÓRIA DE UM FALSÁRIO: IMPRENSA E PODER POLITICO (1866-1902)

Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa - PPG HISTÓRIA UFJF

Palavras-chave: história da imprensa; Brasil - século XIX; poder político.

Esta comunicação trata de uma história bem conhecida por muitas pessoas que estudam a imprensa no Brasil final do século XIX, afinal envolve um dos nossos jornalistas mais conhecidos e respeitados, José Carlos Rodrigues. Criador e editor do jornal *O Novo Mundo*, editado em Nova York entre 1870 e 1879, tornou-se depois proprietário do *Jornal do Comércio* de 1890 até 1915. Tornou-se muito influente nos círculos políticos e econômicos, não apenas no Brasil. Mas nem sempre foi assim. Em 1866 Rodrigues se envolveu num caso de falsificação de documentos e pretendia receber do tesouro uma considerável quantia em dinheiro, usando uma procuração em nome de Luiz Jacome de Abreu e Souza, que nada sabia do caso, abafado pelo próprio Zacarias de Góes e Vasconcellos. Luiz Jacome, contudo, nunca perdoou a falsificação e, ao longo de sua vida, até 1902, tentou divulgar os eventos de 1866 para atacar a fama de Rodrigues. Mas não parece que tenha tido êxito. O objetivo aqui é destacar a trajetória dessa relação, recuperar os momentos nos quais Jacome tentou desmoralizar o seu antigo desafeto. Compreender esta história nos ajuda a entender aspectos da relação entre imprensa e poder político, mas também nos permite discutir as escalas no trabalho do historiador, especialmente daqueles estudos sobre a imprensa, tomando como ponto de partida o debate proposto por David Armitage e Jo Guldi em *The History Manifesto*.